

CADERNOS
GUARARAPES

3

ANA
MONTENEGRO

SER OU NÃO SER FEMINISTA



ANA
MONTENEGRO

Poeta e jornalista, Ana Montenegro destacou-se por uma ativa participação da mulher, desde a redemocratização do país em 1945, após a ditadura de Getúlio Vargas. É uma das fundadoras da Federação de Mulheres do Brasil, e do extinto jornal *Momento Feminino*. Até 1964 participou da Frente Nacionalista Feminina, ocupando a Secretaria da Liga Feminina do Estado da Guanabara (hoje Estado do Rio de Janeiro).

Primeira mulher exilada após o golpe de 1964, residiu por algum tempo no México, de onde seguiu para a Europa. Trabalhou na Federação de Mulheres e na revista *Mulheres do Mundo Inteiro*, editada em vários países. Participou também de congressos, seminários e delegações junto ao Conselho Econômico e Social da ONU e da UNESCO.

3

CADERNOS
GUARARAPES



EDITORA GUARARAPES

CADERNOS GUARARAPES — N.º 3

ANA MONTENEGRO

Ser
ou não ser
feminista

Editora Guararapes Limitada
Rua José de Alencar, 493 - gr. 408
Tel.: (081)231-5128
Recife — PE

GUARARAPES
Recife
1981

SER OU NÃO SER FEMINISTA
© 1981 Ana Montenegro

Direitos desta edição reservados
à Editora Guararapes Limitada.

É vedada a reprodução total ou parcial desta obra
sem a prévia autorização da editora.

Capa

Rafael Siqueira

Revisão

Carlos Augusto de Oliveira Lima
Hamilton Magalhães Neto

Planejamento Editorial

Glauco de Oliveira

Impressão

Editora Vozes Ltda.
Rua Frei Luís, 100
Petrópolis, RJ

CIP-Brasil. Catalogação-na-fonte
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ.

M783s Montenegro, Ana.
Ser ou não ser feminista / Ana Montenegro. — Recife :
Guararapes, 1981.
(Cadernos Guararapes ; n. 3)

Anexos

1. Feminismo 2. Mulher — Questões sociais e morais
I. Título II. Série

81-0727

CDD — 301.412
CDU — 396

Sumário

Apresentação	7
Prefácio	9
CAPÍTULO 1	
As origens do fenômeno são mais que remotas	11
CAPÍTULO 2	
Da Grécia antiga à Alemanha do século XIX	19
CAPÍTULO 3	
Da Revolução Francesa à Revolução na Rússia	23
CAPÍTULO 4	
Enfocando aspectos essenciais do feminismo	30
CAPÍTULO 5	
Sexualidade & sexualidade	43
CAPÍTULO 6	
Um diálogo esclarecedor	51
CAPÍTULO 7	
A visão dos clássicos	55
CAPÍTULO 8	
Em forma de conclusão	59
ANEXO 1	
Notas indicativas para uma memória do Movimento Feminino no Brasil — 1945/1964	63
ANEXO 2	
Documentos da Conferência Nacional de Trabalhadoras	78

Apresentação

*“Não basta que seja pura e justa a nossa causa.
É necessário que a pureza e a justiça existam dentro de nós.”*

Agostinho Netto

Amizade e solidariedade política se somam quando escrevo a apresentação deste trabalho de Ana Montenegro.

Ana que conheci com grande emoção, embora já a conhecesse através dos relatos de mulheres lutadoras.

Ana da história do movimento de mulheres do nosso país.

Ana que lutou por duas anistias.

Ana que diz sempre, repetindo Victor Hugo: “há os que tomam caminhos sem volta.”

Ana que ouvi dizendo, em seu retorno do exílio: “. . . reencontro este país após 16 anos, com as mesmas matas, os mesmos rios, o mesmo céu, o mesmo sol, o mesmo mar, mas também com os mesmos problemas — mortalidade infantil; desnutrição e abandono da infância; baixos salários e carestia; a mesma discriminação à mulher no trabalho, na família, na vida pública.”

E a reencontro fazendo palestras sobre o movimento de mulheres no Brasil, sobre o planejamento familiar, para as mulheres, os universitários, médicos, trabalhadores, nos bairros populares, nos sindicatos, junto ao povo brasileiro.

Da mesma forma que ela, acredito plenamente que as mulheres “plantam a vida”, que hoje somos todos pequenos riachos afluindo para o grande rio que nos levará em suas águas caudalosas e às vezes tormentosas à conquista da nova mulher, do novo homem, de uma nova sociedade, enfim.

O presente trabalho de Ana, expressão da sua prática de anos, do conhecimento de mulheres e de suas lutas em vários países, da reflexão e do estudo da questão feminina — uma contribuição relevante ao debate que deve ser amplo, sobre temas

polêmicos, nessa retomada das lutas pela libertação da mulher, no Brasil.

É um trabalho que integra as mais variadas discussões em favor da emancipação do povo brasileiro, já que enfoca a questão feminina no contexto das lutas pela solução dos problemas políticos, econômicos e sociais.

Por isso, entendo que sendo útil ao movimento de mulheres o é também ao movimento democrático, num momento em que surgem tantos obstáculos no caminho das transformações das condições a que a mulher é submetida, na sociedade.

É um trabalho que tem a importância daqueles que viveram e fizeram a história em nosso país, daqueles que vivem e continuam fazendo essa história.

Albertina Duarte Takiuti*

* Médica ginecologista-obstetra; docente da Faculdade de Medicina da PUC-SP; pesquisadora do DIESAT; membro ativo do Movimento de Mulheres de SP desde 1975 e participante do GEM-CEBES.

Prefácio

Este ensaio não tem a pretensão de abordar ou de esgotar todos os aspectos — fatos e conceitos — que se referem à questão feminina e que a envolvem.

Nossa intenção, ao escrevê-lo, foi a de trazer à discussão alguns desses aspectos que nos preocupam quanto às premissas, às reivindicações e às posições de grupos feministas existentes atualmente no Brasil. E nos preocupam porque dizem respeito quase que apenas a determinadas classes e camadas sociais, e não são prioritárias para as massas femininas em geral, as trabalhadoras, camponesas, donas de casa, empregadas etc., e portanto, incapazes de mobilizá-las. Não seria, pois, justo considerá-las globais.

Preocupa-nos, outrossim, a importação de teorias, de modelos, de modismos, de acontecimentos postos à margem do contexto histórico, o que não contribui para a análise de nossa realidade, à qual são estranhos. Essa importação refere-se principalmente ao aspecto da luta individual pela emancipação da mulher (contra o homem), o que lhe escoima do caráter social, pois absolve o sistema, sistema que, para manter sua infra-estrutura, projeta e aplica leis, usa mitos, alimenta usos e costumes, estabelece uma cultura, que enfim instrumentaliza a repressão à mulher.

Limitando-nos a essa preocupação não acreditamos necessário nos referirmos à participação das mulheres brasileiras nas inúmeras lutas populares, da Colônia ao Império e aos primórdios da República, participação tão pouco conhecida, tão pouco estudada, mas que desmente uma afirmação tão corrente em nossos dias “pela primeira vez”...

Talvez o episódio histórico mais importante dessa participação tenha sido o de Bárbara de Alencar, uma das dirigentes da Confederação do Equador, em 1823, e por isso enforcada em praça pública na cidade do Crato, no Ceará.

Os anexos referentes aos movimentos de mulheres nos parecem úteis, sejam quais tenham sido o seu conteúdo e a sua forma, para que não sejam dadas informações como a que foi publicada no jornal *Mulherio*, n.º 0, que diz à pág. 3: "Coincidindo com o reflexo da atuação feminista em todo o mundo, o dia 8 de março permaneceu em nosso país num relativo esquecimento, voltando a adquirir importância com o novo ímpeto do movimento de mulheres a partir do final da década de 50."

No mundo inteiro e no Brasil, o 8 de março nunca deixou de ser comemorado, mesmo nos tempos da mais dura repressão, nos tempos do Estado Novo. As trabalhadoras têxteis do Rio de Janeiro são o símbolo dessa comemoração: quando amanhecia o Dia Internacional da Mulher, suas blusas estavam enfeitadas com uma rosa vermelha.

E quanto ao resto do mundo, permitimo-nos dizer que o 8 de março sempre foi comemorado, desde as estepes russas às montanhas e aos lagos europeus, aos países africanos e asiáticos, nas guerras e na paz.

E, no Brasil, o ressurgimento das lutas feministas foi e está sendo uma continuação com novas características.

Sabemos que não é cômodo contestar fraternalmente certas correntes feministas, que têm todo o direito de organizar-se à base de opiniões pouco abrangentes, porque defendem os direitos que lhes tocam de perto, já que somente necessitam de rosas.

Porém, temos que considerar que existem milhões de outras mulheres que além de necessitarem de rosas, necessitam prioritariamente de terra, de pão, de trabalho, de assistência médica, de educação, de cultura, para se libertarem.

CAPÍTULO 1

As origens do fenômeno são mais que remotas

A evolução das mulheres, suas novas aspirações, a exigência de uma justa igualdade, o desejo de liberar-se dos constrangimentos que a oprimem, constituem um acontecimento de nossa época. Ele é, aliás, constatado por todas as correntes de opinião, independentemente de como enfoquem, analisem e concluam sobre a questão feminina.

Esta época da história da humanidade, quando o desenvolvimento das forças produtivas contribui para o avanço das técnicas e da ciência, ao mesmo tempo que dele se beneficia, poderia oferecer às mulheres uma maior e mais elevada participação quantitativa e qualitativa na produção social, permitindo o desaparecimento gradual da tarefa doméstica, cuja carga pesa quase que exclusivamente sobre as mulheres.

Também é uma época em que os progressos no campo biológico oferecem à mulher os meios de determinar e decidir o processo de reprodução da vida, o que transforma e desmistifica, pouco a pouco, as relações sexuais.

Embora a apresentação desse assunto não seja um fato novo nem na história nem na filosofia, nem tampouco nas expressões artísticas, as desigualdades entre o homem e a mulher, variando no tempo histórico e no espaço das relações de produção, alcançam novas dimensões.

Posições teóricas e formas de luta que, há alguns anos, obtiveram sucesso ou, pelo menos, eram consideradas válidas — conteúdo e forma — atualmente são debatidas, questionadas, contestadas ou relegadas ao esquecimento e até mesmo negadas.

Considerando, pois, que essa não é uma questão surgida agora, e nem por acaso, torna-se necessário conhecer sua origem,

sua natureza e como se deu sua evolução específica. Somente assim poderemos avaliar sua articulação com outras questões e seus efeitos reais, através de dados comparados da antropologia e da história, como já fizeram os clássicos que trataram do assunto.

As experiências às quais nos referiremos mais adiante, especialmente no século XIX, mostram que, a cada período de amadurecimento das condições para a transformação da sociedade, as mulheres desempenham sempre um papel. E, a partir de determinada época, não apenas como sujeitos, mas também como agentes.

Em termos de busca cronológica, certas correntes de opinião pretendem invalidar a análise feita por Marx e Engels sobre o desdobramento da opressão à mulher. Uma opressão que, por mais que se queira negar ou mistificar, existe desde quando o homem se converteu em proprietário privado dos meios de produção e, para conservar essa propriedade, reivindicou a propriedade da mulher.

Quando são propostas essas questões e defendidos ou contestados esses princípios — a repressão histórica no contexto do tempo social, variando mas não deixando de existir —, surge então o debate com a exposição liminar, ou não, expressando as diversas perspectivas, segundo os princípios que as norteiam.

Alguns estudos, para registro dessa opressão, evocam as sociedades posteriores à pré-história, correspondendo à história da Igreja cristã e ao seu rompimento com o Evangelho, no tocante às mulheres (o Evangelho as acolhia), por ocasião dos Concílios de Macon, quando era perguntado se elas tinham alma, e o de Trento, em oposição ao casamento dos padres.

Um dessas opiniões, cuja defesa vem sendo feita por um grupo de antropólogos, entre os quais Maurice Godelier, da Escola Prática de Altos Estudos (França), baseada no estudo das sociedades mais primitivas, é que “[...] a dominação masculina, a exploração das mulheres são realidades bem anteriores ao aparecimento das classes sociais”.

Será que devemos voltar à hipótese da “horda primitiva” formulada por Freud e que, hoje em dia, é considerada mais uma fábula do que uma realidade etnológica?

No entanto, abre-se também outro capítulo de especulação antropológica que não oferece elementos para invalidação do fator fundamental da problemática feminina — a divisão social do trabalho. Mas essa é uma história que começa há um milhão de anos, antes da nossa atual era quaternária, remontando em termos realmente conhecidos à época em que os antropóides começaram a produzir instrumentos de trabalho, quando as garras se transformaram em mãos criadoras, quando o fogo foi dominado. A humanidade, que então crescia lentamente, foi pedra, depois bronze, depois ferro. Os homens, com as garras transmutadas em mãos, aprendiam a cultivar a terra e a criar os animais. E a divisão do trabalho começou a separar os sexos: a mulher na casa e na horta; o homem caçando e guerreando com as suas armas recém-inventadas.

Esse período foi considerado sempre como de economia doméstica-comunista, quando o trabalho da mulher era socialmente mais valioso e mais produtivo do que o do homem e, por isso, considerado por Engels, aliás baseado no antropólogo Arthur Wright (*With a pre-historic people*), como “fundamento efetivo de preponderância das mulheres que nos tempos primitivos esteve difundida por todas as partes”.

Hoje aparecem, com maior frequência, os contestadores dessa tese, embora essa contestação tenha começado a ser veiculada a partir do século XVIII: a mulher fora escrava desde as origens da humanidade, e não com o aparecimento e a multiplicação das forças produtivas — a derrota do comunismo primitivo e, com essa derrota, a do direito materno, o matriarcado. E buscam, através da antropologia, negar o caráter de classe da dominação e da opressão à mulher. Segundo essa corrente de opinião, a dominação masculina e a segregação das mulheres seriam realidades e contradições anteriores às de classe, tanto no plano econômico como no da propriedade privada dos meios de produção, dos territórios pertencentes aos caçadores, das terras aráveis, sendo as mulheres excluídas dessa propriedade.

De acordo com essa “análise antropológica” não houve jamais matriarcado, mas um série de vínculos não precisamente lineares (o que a rigor não exclui o matriarcado), pretendendo dar-lhe uma forma paralela, ritual, ligada aos mitos, às cerimônias, como expressão limitada e exterior da situação das mulhe-

res. Mesmo esses antropólogos estão de acordo que as relações homem-mulher mudaram profundamente desde que as relações de classe dominaram a vida social e sua evolução. Realmente não lhes é possível negar a multiplicação das forças produtivas, o surgimento da mais-valia, a acumulação de riqueza e, portanto, a sociedade de classes.

Aliás, Engels dá toda a ênfase ao que significou a presença da mulher nos primórdios conhecidos da história, quando diz que “o primeiro antagonismo de classes que apareceu na história coincide com o antagonismo entre o homem e a mulher na monogamia, e a primeira opressão de classes, com a do sexo feminino pelo masculino”. Situa, pois, toda a derrota histórica da mulher no contexto da luta de classes, e, talvez para eludir esse enfoque, pretenda-se destruí-lo com base na antropologia. Antes, já apareceram também historiadores que se esforçaram para sancionar, com justificativas religiosas, filosóficas, e até fisiológicas, o fato econômico da escravidão.

Como habitualmente se pensa que a mulher esteve à margem da produção e que começou a incorporar-se somente ao participar da economia mercantil, no seio da qual estava destinada a desempenhar um papel auxiliar, alega-se que seus deveres fundamentais estão na casa, na família, onde tem um lugar especificamente feminino, alheio à economia em geral.

Tais noções, sumamente correntes na concepção e até muitas vezes abraçadas por especialistas, encobrem um dos fundamentos mais antigos e permanentes da sociedade de classes. A família nessa sociedade sempre representou um meio de controle da força de trabalho da mulher, como uma operação de acumulação privada. E todas as investigações, nesse sentido, conduzem aos conhecimentos dessa exploração, desmistificando esse tipo de sociedade, através da revelação de sua dinâmica interna. Chega-se à divisão do trabalho, à trajetória da propriedade privada e aos seus estreitos vínculos com a família individual, que continua sendo hoje “a unidade econômica da sociedade”.

A família, em sua forma conhecida, surgiu com a dissolução da comunidade primitiva, e a palavra “família”, não por acaso, se referia, originariamente, ao direito da propriedade privada que tinha o *pater familias*, tanto sobre as pessoas como sobre os bens que compunham sua casa. Por sua vez, a “casa”

surgiu com a primeira forma de empresa privada, propriedade do chefe da família para a produção, o intercâmbio, e a concorrência com as demais casas, e a acumulação do *plus*-produto. E, não por casualidade, o sentido original da palavra economia foi “a arte de dirigir os assuntos da casa”. A propriedade do chefe da família consistia e implicava na herança por linha paterna, incluindo a propriedade total da mulher, com o domínio e o confisco de sua força de trabalho.

Mas não havia sido sempre assim. Na comunidade primitiva, o trabalho e as demais atividades sociais se realizavam em comum, e tanto a propriedade como as relações de parentesco reforçavam esses laços coletivos. E foi somente com o surgimento da família patriarcal que a vida social se dividiu em duas esferas nitidamente diferentes: a pública e a doméstica. Estas duas esferas tiveram uma evolução desigual; enquanto na primeira se produziam grandes transformações históricas, a segunda, que evoluía mais lentamente, operava como freio da primeira.

Com o desenvolvimento do intercâmbio mercantil e da divisão da sociedade em classes, todas as modificações econômicas, políticas e culturais tiveram seu centro na esfera pública, ao passo que no lar só se consolidou a família individual como a conhecemos atualmente — a família patriarcal.

A mulher foi relegada à esfera doméstica pela divisão do trabalho entre os sexos, enquanto se desenvolvia, através de milênios, uma poderosíssima ideologia que ainda determina a imagem da mulher e o seu papel na vida social.

Para se chegar aos fundamentos dessa concepção e à importância enorme que teve no desenvolvimento da sociedade de classes, é necessário diferenciar claramente as atividades realizadas pela mulher de maneira privada, no seio da família: a) reprodução estritamente biológica; b) educação e cuidados dos filhos, dos enfermos e dos velhos; c) reprodução da força de trabalho consumida diariamente.

Quando se superpõem esses três aspectos confunde-se sistematicamente a reprodução biológica com a reprodução privada da força de trabalho, tanto a que empregam os homens e as mulheres no processo da produção social, como a formação da nova geração de trabalhadores.

No entanto, tais confusões servem de base às noções pseudocientíficas que são utilizadas para justificar a divisão do trabalho entre o homem e a mulher. O fator biológico não poderia determinar as modificações ocorridas na família, desde a comunidade primitiva até os nossos dias — já que permanece o mesmo através de toda a existência da espécie —, nem explica tampouco o papel da mulher no trabalho, e, conseqüentemente, sua posição social.

Alguns grupos ressuscitam algumas concepções correntes no século XIX, segundo as quais as mulheres, desde as etapas mais remotas, haviam se dedicado espontaneamente a fiar e a preparar alimentos, enquanto os homens iam cultivar terras distantes, em épicas batalhas contra a natureza, concepções essas que são destruídas por vários estudos etnológicos sobre os povos pré-classistas. Muitas das pinturas rupestres anteriores à história tradicional são expressões da vida, dos costumes, dos instrumentos de trabalho, das armas de guerra daquela época. E através das pinturas que substituíram os documentos, ou melhor, que servem de documentos, os estudiosos vêm conceituando, como linhas de demarcação, um processo evolutivo ao longo da história. Por exemplo, no simbolismo mítico das lendas e tradições da América colonizada pela Espanha, encontramos implícito o papel da mulher nas civilizações neolíticas pré-colombianas. Mais tarde, apesar dos obstáculos da religião e dos cânones morais e éticos trazidos e impostos pelos colonizadores, a mulher se incorporou de modo considerável às rebeliões populares daquela parte de nosso continente. Também nas pinturas rupestres das eras neolíticas e paleolíticas, no sul do continente africano, foram encontradas figuras de homens e de mulheres com as mesmas armas e os mesmos instrumentos de trabalho. O historiador Brinsov (*História da URSS*) diz que “nas metrópoles neolíticas do Transbaikal, foram encontradas armas de caça — arco e flecha — tanto nas sepulturas de homens como de mulheres, o que é característico do regime matriarcal”.

Mas, se preferirmos, prescindamos da etnologia e das descobertas arqueológicas, para constatar historicamente que a posição igualitária ocupada pela mulher na comunidade primitiva foi determinada pelo valor de seu trabalho produtivo, que se realizava coletivamente. A partir da dissolução das estruturas

comunitárias e de sua substituição pela família patriarcal, o trabalho da mulher se individualizou, e, embora expulsa do universo econômico criador, cumpriu uma função econômica fundamental. A divisão do trabalho lhe deu a tarefa de repor uma grande parte da força de trabalho que move a economia, transformando matérias-primas em valores de uso para o seu consumo direto: a alimentação, o vestuário, a manutenção da casa, assim como a educação dos filhos. E, de etapa em etapa, a família começou a experimentar transformações importantes com o desenvolvimento do capitalismo, sem que se modificasse a situação de inferioridade da mulher. E, nesse processo de desenvolvimento do capitalismo, a incorporação da mulher à produção social criou uma nova situação e despertou sua consciência em relação a essa nova situação.

Assim, as desigualdades sócio-econômicas e político-culturais que existem entre a mulher e o homem, na sociedade atual, são cada vez mais questionadas por vários segmentos da sociedade civil.

Com referência às assertivas que animam as discussões, consideramos que atualmente a condição feminina em países como o nosso ainda é a condição no trabalho, na vida cotidiana das cidades e do campo — uma condição de inferioridade “de facto” e muitas vezes “de jure”, isto é, legalizada: em suma, família, relações marido e mulher, sexualidade, enfim todo tipo de discriminação — um instrumento para auferição de lucros. Ignorar tudo isso seria, segundo pensamos, deixar o campo livre àqueles que constroem seu poder sobre a exploração direta ou indireta de milhões de trabalhadoras, de milhões de mulheres de trabalhadores, e que fazem tão difícil, ou mesmo impossível, a vida da grande maioria desses milhões.

Uma tal análise não quer dizer, nem muito menos insinuar, que as mentalidades retrógradas devam ser ignoradas. Ao contrário. Elas devem ser combatidas junto aos homens e junto às mulheres, mas sem que esqueçamos o essencial — a causa das mesmas.

A aspiração à igualdade também se mistura à discussão sobre a importância da diferença biológica e, quando duas opiniões se defrontam nesse terreno, é defendida a superioridade

do homem ou a da mulher. Mas quando se coloca como centro a identidade humana, a hierarquia dos sexos desaparece.

No que podemos chamar de estágio atual da sociedade, muitas imagens da mulher estão refletidas nas realidades desse estágio. E é o caso de pesquisar: o que é que muda? Como? Há uma contradição entre a situação real e as aspirações da mulher? E, se existe, em que consiste a mesma?

Se as desigualdades, a exploração, a opressão de que são vítimas as mulheres são constatadas por todas as partes, é necessário interpretá-las: onde se situam os obstáculos a uma liberdade efetiva das mulheres?

A situação da mulher, sua condição específica, está no contexto dos problemas do nosso tempo e das discussões sobre esses problemas: por que as desigualdades? Se a opressão à mulher tem uma especificidade, como interpretá-la?

Ao longo do tempo, prevaleceu o conceito de que a desigualdade homem-mulher era um fato “natural”. Esse conceito é contestado. Trata-se então de realidade explicável somente à luz dos processos sociais e de seus instrumentos de dominação? Que outros fatores contribuem para tal desigualdade?

A definição de que as desigualdades que pesam sobre a mulher são determinadas pela opressão social leva a considerar que a sua promoção interessa às massas femininas especificamente e às massas populares em geral, porque a verdadeira libertação da mulher está inserida nas lutas pelas transformações econômicas, sociais, políticas e culturais, através das modificações estruturais da sociedade.

CAPÍTULO 2

Da Grécia antiga à Alemanha do século XIX

A preocupação e o interesse pela situação de inferioridade da mulher — hoje chamada de “a questão feminina” — são mais antigos do que se costuma afirmar, embora em geral não se faça referência a essa preocupação e a esse interesse.

Da decisão das mulheres sobre a necessidade de “apoderarmos-nos do governo para o bem da República”, Aristófanes (400 anos a.C.) dá testemunho, em sua comédia *A assembléia de mulheres*. E Platão, em sua *República*, defende, pela boca de Sócrates, a igualdade entre os sexos: “Se a diferença entre ambos os sexos parece consistir somente em que a mulher procria enquanto o marido engendra, não nos faz admitir que a capacidade política da mulher seja diferente da do homem. E, por essa razão, insistiremos em crer que os responsáveis pela cidade e por suas mulheres devem desempenhar as mesmas funções. Por isso perguntamos ao nosso antagonista qual é, na cidade, a arte ou ocupação para a qual a mulher não haja recebido da natureza a mesma capacidade que o homem...”

No século VI a.C., o pensador chinês Lao-tseu dizia que a “porta de saída do eterno feminino é a raiz do céu e da terra”.

O escritor Aben Al-Janzi, no ano 1200, desejando enaltecendo o que se chamava, então, de “o bom sentido”, afirmava que “a inteligência da mulher é sete vezes maior do que a de um tecelão, e a de um tecelão setenta vezes maior do que a de um professor”.

Até Santo Agostinho, em *O conflito cristão*, diz que “afinal de contas o Filho de Deus nasceu de uma mulher”.

Na Idade Moderna, no confronto com o antifeminismo presente em diversas obras, multiplicaram-se as opiniões de auto-

res eminentes que defendiam a igualdade de direitos e até a superioridade das mulheres, como os escritores Jean de La Bruyère (1645-1696) e Charles E. Sainz-Evremond (1610-1703) que se declararam decididamente favoráveis às mulheres. Mas o mais combativo defensor desses direitos e dessa igualdade, entre os séculos XVII e XVIII, foi, sem dúvida, Poulain de la Bar, que publicou em 1673 a obra *Sobre a igualdade dos sexos*, na qual condena a falta de liberdade, de instrução e de oportunidade das mulheres. E foi ainda naqueles séculos que Charles Rollin (1661-1741), historiador e humanista, defendeu a necessidade de um programa de educação superior para as mulheres.

Graças aos enciclopedistas — a Voltaire, a Diderot, a Helvétius, a D'Alembert, a Condorcet — ficaram registradas as denúncias sobre as injustiças cometidas contra as mulheres. Eles não consideravam que a inferioridade do sexo feminino fosse algo natural, mas criada pela sociedade. Pois “em todos os costumes, a crueldade das leis civis se reuniu contra as mulheres”, conforme acentuava Diderot.

Foi no século XIX que apareceu a famosa obra do filósofo inglês John Stuart Mill *A sujeição das mulheres* (1861), o qual ofereceu com ela um documento clássico que, ainda hoje, representa um apoio à defesa da igualdade jurídica dos sexos, baseada em crítica contundente à discriminação às mulheres. Essa obra escrita quase um quarto de século antes da primeira edição de *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*, de Friedrich Engels, em 1884, ateu-se mais aos problemas das tradições e das oportunidades não concedidas às mulheres para o desempenho de um papel na sociedade. Embora partindo de conceitos axiológicos do humanismo e da jurisprudência, substituindo a origem das causas econômico-sociais por motivos de “capricho e arbítrio e das tradições”, a obra de Mill tem o grande mérito de denunciar as discriminações que vitimavam as mulheres naquela época.

O livro de Mill foi precedido pelo de Mary Wollstonecraft, publicado em 1792, sob o título de *Vindicação dos direitos da mulher*, que constitui, por sua vez, um estudo de dimensão quase profética em defesa desses direitos e contra a jurisprudência

institucionalizada naquele tempo. Esse livro inclui um projeto jurídico contestando a superestrutura então vigente, exigindo oportunidades de instrução para as mulheres.

E em data anterior, precisamente em 1697, outro livro, da autoria de Mary Astell, também inglesa, defendia a educação e a instrução como condições básicas à obtenção dos direitos da mulher. A obra em questão, bem ao estilo da época, foi publicada sob o título “Uma proposta séria às damas, na qual se oferece um método para a melhoria de seu espírito”.

Em 1879, aparecia a primeira edição do livro de Augusto Bebel, *A mulher e o socialismo*, que, logo na introdução, apresenta a discriminação à mulher como “um aspecto da questão social geral” e “cuja solução definitiva só pode ser encontrada com a anulação dos conflitos sociais e a eliminação dos males produzidos por esses conflitos”.

Mas se oponham ou não algumas correntes de opinião, Friedrich Engels, no livro citado anteriormente, marcou histórica, teórica e ideologicamente as origens e o processo da repressão à mulher, desde as eras pré-históricas da cultura até o estudo da família. Segundo Engels, esse estudo começou em 1861 com o *Direito materno*, de Bachofen, já que, até então, as ciências históricas se encontravam, nesse domínio, sob a orientação dos cinco livros de Moisés. No prefácio da 4.^a edição de *A origem da família, da propriedade privada e do Estado* (datada de 1891), Engels sublinha que Bachofen não foi mais claro quando emitiu os princípios sobre a posição social das mulheres, primitivamente — “mais elevada do que a daquele tempo, e que, até hoje, não tiveram” — devido ao misticismo de suas concepções, acrescentando que, assim mesmo, aqueles princípios corresponderam a toda uma revolução.

Resumindo, não podemos deixar de lembrar que, há mais de um século e meio, um socialista utópico, Fourier, a quem Karl Marx denominou um dos “patriarcas do socialismo”, falava da necessidade de libertar a mulher “das funções que lhe atribui a sociedade burguesa, segundo a qual só foi criada para lavar panelas e remendar calças velhas”. Fourier sustentava — e segundo Engels foi o primeiro a proclamá-lo — que o grau de eman-

cipação da mulher em uma sociedade é o barômetro pelo qual se mede a emancipação geral.

Esse registro de datas, de pronunciamentos e outras referências, embora seja importante como expressão indicativa de uma determinada situação, só tem um real valor histórico, se lhe dermos o conteúdo dinâmico que deu origem e impulso aos “movimentos de mulheres”*.

* Referimo-nos a “movimentos de mulheres” para evitar rótulos, quando fazemos apenas menção a pronunciamentos e a obras teóricas.

CAPITULO 3

Da Revolução Francesa à Revolução na Rússia

Os movimentos de mulheres do século XIX têm sido chamados em geral de sufragistas, o que não corresponde à verdade histórica, estrita e factualmente falando. O conteúdo — as opções, os posicionamentos, as atividades — é que permitirá conceituá-los, de acordo com os seus programas, nos limites ou não do sufrágismo. Felizmente os programas de atividades dos mesmos continham outros itens, além do direito de votar.

Chama a atenção que a memória daqueles movimentos seja divulgada somente no que se refere ao sufrágismo, quando, por exemplo, as mulheres norte-americanas, desde 1828, participaram ativamente das lutas antiescravistas. E o mais importante ainda é que se adiantaram à necessidade e à justeza de ligarem as suas reivindicações específicas às lutas por um direito humano fundamental — o da libertação dos escravos. Assim, em 1850, em uma Convenção realizada em Boston, no contexto da luta contra a escravidão, exigiram plena iguaidade de direitos em relação aos homens. Naquela Convenção foi formado um Comitê de Mulheres, que nos anos seguintes realizou diversas convenções em todo o país.

Outro aspecto desses movimentos, talvez mais importante ainda, também silenciado, é o que se refere às lutas das mulheres trabalhadoras. As primeiras lutas se desencadearam na Inglaterra depois de 1825, quando foram ab-rogadas as chamadas *combination laws*, que haviam proibido a formação de sindicatos operários. Mais tarde, as trabalhadoras inglesas começaram a fundar seus próprios sindicatos, que lhes permitiram desempenhar um papel assinalado na história dos trabalhadores do país naquela época. Todas as atividades eram realizadas através de

assembléias, como a que, na mesma tradição, foi organizada em 1868, pela “Sociedade Manchesteriana Nacional pelo sufrágio das mulheres”, incluindo reivindicações das trabalhadoras. Manchester era, então, o pólo industrial da Inglaterra. Naquela ocasião, alguns grupos de ativistas tinham como bandeira a destruição do que chamavam a “escravidão branca feminina”. Mas foram as reivindicações das trabalhadoras as que tiveram algumas respostas, através da conquista de uma nova legislação: proibição do trabalho noturno e limitação da jornada de trabalho de 12 horas, em 1874, e redução para 10 horas, em 1900. Outras reivindicações, como repouso semanal e licença antes e depois do parto, foram solucionadas somente em 1905 e em 1913.

O considerável aumento do número de mulheres assalariadas, nos últimos anos do século XIX — mais de 44% na Alemanha entre 1895 e 1907 — produziu um desenvolvimento fantástico dos movimentos de mulheres e de sua radicalização. Em todos os setores tipicamente femininos — indústria do tabaco, setor têxtil, indústria de calçados, telégrafos — houve greves (Espanha, França, Inglaterra, Suíça e Estados Unidos). Na França, o fim do século foi marcado por uma participação ativa das trabalhadoras nas greves em defesa dos salários, pela redução das horas de trabalho, além das greves especificamente femininas: em Limoges, 1895, na das espartilheiras, que durou quase quatro meses; em Guerche, 1901, na das trabalhadoras em cartanagem, durante 130 dias; em Rocqufort, 1907, na das trabalhadoras em queijaria, e, em Labeardy, 1903.

Isso não quer dizer que não existissem outras posições como a de Olimpia de Gouges, que em 1789 propôs a adoção de uma “Declaração de Direitos da Mulher” paralela à “Declaração de Direitos do Homem”, por considerar esta genérica. Esta proposição, apoiada por Condorcet, chegava a pleitear a abolição de todos os privilégios masculinos.

Outras atividades foram se somando na França, mas uma comissão da “Sociedade das Mulheres Republicanas e Revolucionárias”, que compareceu com uma petição ao Conselho Geral, em 1793, foi rechaçada.

Apesar da supressão de alguns benefícios conquistados com a Revolução francesa, como o do divórcio, em 1792, e abolido em 1826, no período da Restauração, outros e novos caminhos

toram abertos naquele país. Em 1848, foram fundados clubes e jornais femininos e uma delegação de mulheres se apresentou no Palácio Municipal, em Paris, para reivindicar seus direitos.

Em 1865, era fundada a Associação Geral de Mulheres Alemãs, cujo programa não se limitava ao direito de voto.

Mas as omissões continuam e se repetem. Por exemplo, não se encontram nas referências às lutas femininas nenhuma alusão ao Congresso Socialista realizado na França, em 1879, no qual foi proclamada a igualdade de direitos dos sexos e de cujas resoluções constaram as reivindicações das mulheres trabalhadoras.

Nesse sentido, embora nem sempre se divulge, personalidades francesas femininas, como Pauline Roland e Flora Tristan, consideravam e proclamavam que a emancipação da mulher e a libertação dos trabalhadores estão intimamente ligadas. Flora Tristan, que algumas vezes é citada em trabalhos publicados no Brasil, desempenhou importante papel na “União Operária”. “A classe nobre — dizia ela — sucedeu a burguesia já muito mais numerosa e mais útil, e resta agora constituir a classe operária. É necessário pois que, a seu turno, os operários, que são a parte dinâmica da nação, formem uma união ampla e se organizem, unitariamente. Então, a classe operária será forte”. Ao mesmo tempo, Flora Tristan avançava suas proposições pela libertação das mulheres. Essa ligação estreita entre a luta pela libertação da mulher e a luta dos trabalhadores se encontra nos pronunciamentos e nas atividades de grandes figuras femininas da Comuna de Paris.

Todos esses movimentos empolgaram o poeta inglês Matthew Arnold, que em 1847 previa o que poderia representar o movimento de massas feminino dizendo: “Se alguma vez o mundo chegar a contemplar o momento em que as mulheres se unam pura e simplesmente, em favor e para o bem-estar da humanidade, presenciará um poderio como jamais foi visto antes.”

A respeito das lutas no século XIX, do lugar que ocuparam naquelas lutas personalidades e grupos de mulheres — um marco no movimento organizado —, é prudente abstermo-nos de uma apreciação global, tendo em vista as diferenças existentes. Essas personalidades e grupos apareceram e evoluíram nos parâmetros de um certo estágio do desenvolvimento econômico, em um con-

texto dado da presença das forças produtivas e como parte integrante dos movimentos sociais. Era um outro período histórico, uma outra etapa do desenvolvimento econômico e do avanço do movimento operário. A evolução da produção artesanal para a grande produção industrial e participação das mulheres nessa nova forma de produção colocavam em maior evidência a injustiça de uma situação de inferioridade. No entanto, as idéias do marxismo, do socialismo científico, progrediam ainda lentamente e não era claro que a libertação da mulher estivesse ligada à da classe operária.

Entre as numerosas correntes utopistas e reformistas, existiam aquelas que criticavam as discriminações às mulheres, mas se recusavam a considerar as causas reais dessa discriminação ou eram incapazes de analisá-las.

Marguerite Durand, por exemplo, uma das personalidades francesas mais destacadas de tal tendência, ao contrário de Flora Tristan, rejeitava a opinião de alguns representantes sindicais, no sentido de que existia uma ligação estreita entre as reivindicações femininas e o conjunto dos problemas sociais. “Essa questão — declarava Durand, durante o “Congresso do Birô do Trabalho Feminino”. em 1907 — suscita interesse, mas nós não estamos tratando de resolvê-la. Esse Congresso é realizado não para reformar a sociedade, mas para que possamos tratar unicamente do trabalho feminino”.

Essas opiniões e proposições conduziam, sob várias formas e sem que houvesse uma clara consciência disso, à colaboração tão desejada sempre pelas classes dominantes. Ademais, o movimento operário francês era, então, fortemente impregnado das idéias reformistas de Proudhon que, ao mesmo tempo que obscureciam suas perspectivas, representavam também concepções as mais retardatárias sobre o papel da mulher. Isso provocou muitas vezes uma reação radical de algumas correntes femininas que, na situação de então, não deixou de ter aspectos positivos.

A omissão que se faz de aspectos que consideramos os mais importantes do movimento de mulheres no século XIX, como a mobilização e a organização das trabalhadoras, se estende a

várias atividades que continuaram e se ampliaram ao largo do século XX. Referimo-nos, em seguida, a algumas dessas atividades.

Apesar de que em países como a Dinamarca, Suíça ou Inglaterra, as organizações sindicais rechaçassem a entrada de mulheres em suas fileiras, as publicações de trabalhadoras se multiplicavam, e a resolução tomada em 1905 marcou fortemente o debate das mulheres socialistas. Devemos destacar que a maioria dessas publicações adotaram posições de classe, de uma forma bastante avançada e em toda uma série de questões a respeito das quais o movimento operário havia recuado: antimilitarismo, solidariedade à renovação socialista de outubro, controle sobre os preços, sexualidade, contracepção etc. A batalha de Clara Zetkin,* no jornal que dirigia (*Die Gleichheit*), contra a política oportunista da social-democracia alemã teve uma larga repercussão entre as trabalhadoras, que se manifestou através de numerosas cartas de adesão. A polêmica com a direção do partido, especialmente sobre o caráter do jornal, foi decisiva. Clara Zetkin desejava fazer um jornal educativo dirigido à vanguarda das mulheres da classe operária, enquanto os dirigentes da social-democracia insistiam em que a massa de mulheres não se interessava por assuntos mais elevados. Mas o aumento da tiragem do jornal — que passou de 4.000 a 112.000 exemplares, de 1900 a 1913 — demonstrou quem tinha razão. Naquela ocasião, tratava-se não apenas do caráter de um jornal, mas de duas posições diametralmente opostas: a marxista, que partia de que o sistema capitalista entra em contradição, fundamentalmente, entre o trabalho assalariado da mulher e seu lugar na família; e a reformista, que subordinava a luta de classes à extensão dos órgãos especializados da classe dominante, administrativamente e com

* Clara Zetkin nasceu em julho de 1857, na Alemanha. Quando o Partido Social-Democrata Alemão foi posto na ilegalidade, ela, que participava ativamente daquele partido, esteve exilada na Suíça e na França. No Congresso de fundação da II Internacional, em Paris (1889), defendeu, como uma das poucas delegadas femininas, as reclamações das mulheres e seus direitos à organização e à educação política. Desde a fundação do jornal *Die Gleichheit*, ela trabalhou ao lado de sua amiga Rosa Luxemburg e de Karl Liebknecht, no grupo “Spartakus”. Em 1919, separou-se dos social-democratas e participou da fundação do Partido Comunista Alemão.

vínculos políticos. Não foi, pois, por acaso, que de 1905 a 1915, de uma maneira constante, a imprensa social-democrata publicou uma série de artigos de E. Fischer (digno discípulo de Lassalle e Proudhon), nos quais não cessava de insistir sobre a “natureza feminina” e o “lugar natural” da mulher na sociedade: o lar.

Consideramos de grande importância lembrar ou relembra os trabalhos do Congresso Socialista Internacional de Stuttgart (Alemanha), em 1907, no que diz respeito às mulheres. Nele foram derrotados os delegados austríacos, que se esforçavam para justificar uma determinada tática na luta pelo sufrágio universal, mas não tão universal assim, pois pediam primeiramente o direito de voto para os homens, e, para as mulheres, somente em uma segunda etapa. Antes mesmo desse Congresso, Clara Zetkin havia denunciado essa posição que sacrificava princípios a considerações oportunistas. Afirmava que a luta pelo direito de voto das mulheres não teria enfraquecido, mas ampliado e fortalecido o movimento popular.

Outras posições e atividades são também omitidas ou ignoradas. Por exemplo, na memória do Dia Internacional da Mulher, a referência histórica é feita à greve das têxteis norte-americanas, em 1857, mas não se fala que a celebração do dia 8 de março foi uma proposta de Clara Zetkin aprovada no II Congresso de Mulheres Socialistas, realizado em 1910, em Copenhague (Dinamarca), quando foi aprovada uma “carta de emancipação feminina”.

A participação da mulher russa na revolução de outubro de 1917, a participação das mulheres nas lutas durante os sombrios anos da Segunda Guerra Mundial e na resistência heróica ao fascismo e ao nazismo são também páginas de livros que não se abrem.

Quando se fala sobre Alexandra Kollantai é sempre sobre a teoria do copo d'água, normal naqueles dias que abalaram o mundo. Mas pouco ou nada se fala a respeito da “Resolução sobre o papel das trabalhadoras”, que foi redatada por ela, em 1919, e que abria toda uma perspectiva de “reforma da vida familiar na realização da educação socialista”.

Se as lutas na Europa e nos Estados Unidos têm servido de modelos — muitos deles válidos —, chama a atenção que a

história de determinada época seja contada, pelas correntes neofeministas, somente no que diz respeito ao sufrágismo.

Como se vê, essas correntes de opinião existentes hoje no Brasil não inventaram nada, e estão apenas atrasadas em mais de três quartos de século. E é por isso que atualmente o que se chama de neofeminismo nos leva de volta ao século passado.

Mas as condições mudaram, as mentalidades incontestavelmente evoluíram, ao mesmo tempo em que as lutas continuam. No entanto, certas idéias e teorias superadas voltam, segundo os interesses do momento e a influência, embora indireta, das classes dominantes.

Não se trata, contudo, de um torneio sobre palavras e rótulos, mas de uma procura de se esclarecer certas questões que poderão obstaculizar a participação das massas femininas na luta por sua verdadeira e real emancipação.

CAPÍTULO 4

Enfocando aspectos essenciais do feminismo

Conhecidas essas atividades, surgem indagações sobre a “questão feminina”. No momento, aqui, em nosso país, constituem um dos pontos de referência dessas questões as expressões “feminista” e “feminismo”, para as quais é necessário que busquemos suas autodefinições.

É difícil precisar a data exata em que foi empregada pela primeira vez a palavra feminismo. Há notícias de que foi usada no século XIX, quando do surgimento na França de um movimento de mulheres, nos anos 1830/1840. Segundo dados da época, apesar de aquele movimento ter tido suas origens nas transformações econômicas ocorridas daquele período, não incluía em seu programa nem as lutas pela melhoria das condições de vida das mulheres proletárias, nem tampouco as lutas pelos direitos políticos da mulher, em geral. Dos itens do programa constavam as primeiras reivindicações: igualdade de direitos no matrimônio e no acesso às profissões liberais.¹ Eram reivindicações que caracterizavam as aspirações de determinadas camadas sociais: média e superior.

A palavra feminismo reapareceria em 1892, quando da realização de um Congresso Feminista. No centro de seus temas estavam as lutas pelos direitos políticos, especialmente o de voto. Para Simone de Beauvoir foi daquele Congresso que surgiu o nome do movimento.²

¹ DECAUX, Alain. *Histoire des français*. Paris, 1972. v. 2: *La Rébellion*. p. 702.

² BEAUVOIR, Simone de. *La deuxième sexe*. Gallimard, Paris, 1965. v. 1: *Les faits et les mythes*, p. 206.

Como se vê, as idéias correntes e apressadas sobre o “surgimento” do movimento feminista em 1960 e, em primeiro lugar nos Estados Unidos, não correspondem à historicidade do movimento de mulheres. Aliás, mais adiante, citaremos uma das dirigentes do movimento feminista, Helena Lange, que se refere a essa expressão aludindo a uma data de meio século anterior àquela década.

Segundo diferentes acepções do conceito de feminismo, por várias de suas principais representantes (doutrina? posição? resposta?), o feminismo separa a situação da mulher das condições criadas pelas estruturas sociais e pretende resolvê-la através da luta contra os homens. Ouçamo-las.

Diz Simone de Beauvoir: “Para mim, o feminismo é lutar pelas reivindicações específicas das mulheres paralelamente à luta de classes; eu me considero feminista.”³

Para Juliet Mitchell (Estados Unidos), o feminismo consiste em sustentar que os homens são os opressores: “Todas as sociedades deram prioridade aos homens. Trata-se, em primeiro lugar, de uma luta psicológica pelo poder e que os homens ganham.”⁴

Em 1908, Helene Lange, uma das dirigentes do movimento que se conceituava nessa linha de definições, entendia que o feminismo era apenas um problema sexual.⁵ Como se vê, o sexo como centro não é tão recente assim.

A definição dada por Alice Schwarzer é de que o feminismo não é “Nem um partido político, nem uma organização: é a expressão de uma tomada de consciência. Nós, as feministas, damos prioridade à luta contra a opressão específica às mulheres, em todos os domínios, e à luta contra um mundo dominado por normas masculinas”.⁶

Se no passado, o feminismo, com algumas variações, se definia, com justas razões, como um movimento que devia realizar

³ BEAUVOIR, Simone de. “Je suis une féministe”. Texto citado por Julita Menscik in *Grundlagentexte zur emanzipation der frau*. Köln, [RFA], 1976. p. 321.

⁴ MITCHELL, Juliet. *Women's Estate*. EUA, 1971.

⁵ LANGE, Helene. *Kampfzeiten*. Berlin, Deutschland, 1928. v. 2.

⁶ SCHWARZER, Alice. *Der Klein Unterschied und Seine Grossen Folgen*. [RFA] 1975. p. 235.

a igualdade formal e jurídica da mulher (acesso à educação e às profissões, direito de voto etc.), partindo de um “direito natural” indiscutível e limitando-se à questão feminina, atualmente com o seu ressurgimento, na década de 60, essa concepção se modificou. Radicalizou-se, limitando suas preocupações às questões específicas das mulheres, à margem de todo o contexto social, sendo considerado como contradição fundamental o confronto entre o homem e a mulher. Com a obtenção de certos direitos, como o direito de voto, o feminismo original havia perdido a sua limitada razão de existir. E se encontrava, de alguma forma, em um impasse, porque ali onde a igualdade de direitos formal foi em parte realizada, não era suficiente para assegurar às mulheres direitos iguais na vida real, levando-se ainda em conta os problemas surgidos com a participação cada vez maior das mulheres na produção social.

Apesar desse impasse, surgem novas e várias definições para o feminismo: “O conceito feminista se aplica a todas as questões que concernem exclusivamente às mulheres, aquelas que tratam particularmente das mulheres. A radicalização significa que as mulheres se limitam inteiramente às fronteiras do seu próprio valor no que concerne ao sexo, isolando os problemas sociais e mesmo a contribuição que elas dão à sociedade, embora essa contribuição seja superior à dos homens.”⁷

Alice Schwarzer, já citada — e que será citada mais adiante —, em seu livro *A pequena diferença*, limita a questão feminina, seguindo tal definição, às paredes da cozinha, entre o forno e o fogão: “Nossas batalhas, as mais decisivas, não se decidem, felizmente, em uma dimensão histórica, mas na lavagem dos pratos, na cozinha.”

No entanto, a questão feminina, que, na atualidade, alcançou uma extensão e uma diversidade novas, exigindo, na mesma dimensão, uma teoria e uma prática realistas para manejá-la, não pode ser encerrada em uma cozinha ou mesmo em milhões e milhões de cozinhas.

⁷ “Women’s Lib in der Bundesrepublik” e o de Ursula Linnhoff. “Die Neue Frauenbewegung in USA und BRD”. In *Vorgäng* n.º 8, [RFA], 1974. p. 72

Quando do seu ressurgimento, o feminismo encontrou maior quantidade de aderentes nos Estados Unidos e em alguns países da Europa, como a Alemanha, justamente onde se sobrepõe não à simples necessidade de viver ou de sobreviver mas à de existir, cultural e emocionalmente, onde as lutas dos trabalhadores não alcançam níveis elevados, onde o movimento feminino não limitado às premissas feministas e à participação das mulheres nos sindicatos não tem todavia uma envergadura e uma amplitude suficientes.

Foi na segunda metade da década de 1960 que esse surgimento alcançou o seu auge, com o agravamento de conflitos sociais naqueles países, no contexto de uma crise cíclica do capitalismo, envolvendo por extensão certos aspectos morais, com a ausência de perspectivas a curto e a longo prazo. E aquele sistema contestado convocou, como nos tempos antigos, seus adivinhos e seus sábios, que se empenharam infatigavelmente em demonstrar que aqueles conflitos eram apenas de gerações, no caso dos jovens, e uma guerra de sexos, no tocante às mulheres. Assim, tudo fizeram para mistificar o movimento de protesto dos jovens, o mesmo ocorrendo no que dizia respeito às aspirações e ao compromisso crescente das mulheres.

Com referência à questão feminina, o que pretendiam era impedir a conscientização das mulheres em termos de classe (a opressão é a mesma para a burguesa, a pequena burguesa e a operária), para que não seguissem por “vias perigosas”. E como fazê-lo? Buscaram dar uma nova variante ideológica ao debate sobre a libertação da mulher: o neofeminismo. Nos debates sobre a libertação da mulher e na aplicação prática das soluções aventadas nos mesmos, o neofeminismo se caracteriza por duas tendências: a moderada, aspirando à melhoria das condições da mulher em questionar a infra-estrutura da sociedade; a radical, exortando a uma “revolução feminina” e predicando a luta contra os homens como complemento de uma mudança social.

As teorias neofeministas têm as suas raízes principalmente nas obras de Wilhelm Reich, Herbert Marcuse, Simone de Beauvoir e Betty Friedan. Reich, Marcuse e Beauvoir partem do princípio de que o marxismo não explica suficientemente a questão feminina, e se concentram, em primeiro lugar, nos fenômenos a

nível de consciência. Wilhelm Reich, do qual Marcuse, Erich Fromm e Beauvoir retomam certas idéias, parte da seguinte reflexão: o materialismo histórico investiga as leis dos acontecimentos sociais, mas deixa de lado as leis do comportamento do indivíduo descobertas pela psicanálise. Não prescindem totalmente do marxismo, mas o vinculam à psicanálise, considerando que o indivíduo e a sociedade devem ser estudados independentemente um do outro. E haveria, nesse caso, duas ciências separadas que deveriam ser reunificadas. (De fato, para os marxistas não há um indivíduo separado da sociedade.) A questão reside somente em saber qual será o ponto de partida para a investigação científica, isto é, qual o fundamento da correlação indivisível entre o homem e a sociedade. É importante responder corretamente a esta questão porque dela depende outra: o marxismo necessita ser complementado pela psicanálise e, assim, a psicologia não pode ter efetivamente um caráter científico, salvo quando ela se desenvolve de acordo com os princípios marxistas. São os chamados marxistas-freudianos que caem em contradição, uma vez que os marxistas consideram que não pode existir uma ciência da sociedade partindo do indivíduo. O indivíduo não pode explicar-se por si mesmo, somente por razões biológicas. Viver, trabalhar, comunicar-se, pensar, não pode ocorrer a não ser em comunidade com outros seres.

Os marxistas-freudianos afirmam ainda que os nossos instintos sexuais fundamentais têm sua satisfação freada sob as condições da família autoritária, e ante essas restrições o indivíduo reage com submissão ou agressividade, indo até a rebelião. Reich chega mesmo ao extremo de deduzir o fascismo dessa situação. Buscando uma porta de saída para empurrar os protestos, assimila e confunde toda a família com a família burguesa; confunde o instinto biológico e o instinto humano, que teve sempre uma necessidade determinada pela sociedade. Para evitar o que poderia ser chamado, no caso, de fenômeno, são recomendadas a liberação sexual e a abolição da família, o que lembra certas concepções feministas sobre a família e a sociedade, O que cabe, nesse sentido, criticar?

Se reações tão opostas como a submissão, a agressão e a rebelião têm origem nas frustrações dos instintos, até mesmo o comportamento revolucionário coletivo poderia ser explicado a

partir da mesma causa... E como se faria a soma de elementos heterogêneos como a submissão, a agressão e a rebelião? Buscando a causa do fascismo em reações individuais é negado todo o processo de desenvolvimento histórico e suas diversas etapas. Esconde-se que este processo é marcado por crises, como a que antecedeu àquele sombrio período da história da humanidade — expressão das forças mais agressivas, chauvinistas e reacionárias do grande capital, que sempre reagem quando julgam que o seu poder está ameaçado. E têm a possibilidade de seguir tal caminho quando os trabalhadores e outros segmentos da sociedade não estão mobilizados, nem unidos e nem organizados, para impedir tão sinistro empreendimento. Por que o fascismo e o nazismo foram postos na ordem do dia em certos países capitalistas e por que isso não foi possível em outros? Mas Wilhelm Reich, que busca explicar o fascismo como resultado da família, repressora da sexualidade, esquece que a ditadura terrorista aberta pôde ser implantada na Alemanha e não em outros países capitalistas como Inglaterra, França, países escandinavos etc., onde existia o mesmo tipo de família.

Simone de Beauvoir, em seus escritos, se esforça também para vincular a psicanálise (que considera o ser humano abstratamente, dominado por seus instintos) ao materialismo histórico. Ela nega a relação entre a propriedade privada, as relações de produção e a opressão à mulher, mas não explica por que a opressão não frustra apenas a mulher mas também a maioria dos homens. Elabora uma oposição entre o homem e a mulher, deixando de lado a contradição de classes: “Esta história da contradição secundária não é senão uma bela invenção dos homens. A contradição homem/mulher é tão essencial quanto qualquer outra contradição. E, por isso, a noção da prioridade da luta de classes é cada vez mais discutível, inclusive para a esquerda... As lutas de classes? Essas lutas são entre os homens! As mulheres, essas pequenas adoráveis, têm todo o direito de ajudar. Depois são mandadas de volta à cozinha.”⁸

Assim, Beauvoir coloca a mulher à margem, descaracterizando-a socialmente: não pertencem a nenhuma classe. Separa a

⁸ *Der Spiegel*. Berlim Ocidental, n.º 15, 1976, p. 193.

mulher do contexto das relações humanas e sociais. O companheiro de trabalho que maneja a mesma máquina na mesma fábrica sofre com ela o mesmo tipo de exploração. E se ela ganha menos, por ser mulher, aí, então, surge a especificidade contra a qual deve lutar, mas nem por isso o seu companheiro deixa de ser explorado. Ou deixa? Quando há uma greve, será que ela não deve participar porque está posta à margem da luta de classes? E essa trabalhadora sofre o mesmo tipo de exploração que a mulher do dono da fábrica, que não participa de nenhuma luta e que, por isso, jamais volta à cozinha? E necessitaria ir ou voltar à cozinha, se as reuniões sociais fossem lutas, já que têm sempre empregadas domésticas? Será, por exemplo, que na era neolítica, quando os seres começaram a agrupar-se em povoados (as cidades) e surgem o rei e a rainha, o sacerdote e a sacerdotista etc., não havia já uma diferença entre a rainha e as demais mulheres?

O fato de que uma mulher da chamada “alta classe” tem aspirações diferentes, tanto pelo lugar que ocupa na sociedade como por sua forma de vida e de suas opiniões, escapa inteiramente às concepções de Beauvoir, para quem a libertação da mulher representa sua conscientização enquanto sujeito da condição de oprimida, mas em termos individuais. Ela diz: “Somente uma revolução moral e não uma revolução social, política ou técnica estaria em condições de reconduzir o homem à sua verdade perdida”.⁹ Não sabemos como seria possível uma revolução moral, sem uma mudança de estruturas, para estabelecer — e isso somente em um longo processo — uma nova moral. Ela também não explica como surgiram ou foram impostos os códigos morais (leis, tabus, tradições, preconceitos religiosos e culturais etc.) que são expressões das diversas sociedades através dos tempos históricos. Todos esses setores, essas limitações, a existência de determinadas posturas e condições devem ser excluídos do passado, e deixaram de existir, mesmo sob outras formas, no presente?

A resposta foi dada por Clara Zetkin destruindo o “sonho” da irmandade geral das mulheres ricas e pobres, embora reco-

nhecendo o papel progressista do movimento feminino de então, que não visava reformas estruturais: “O movimento feminino burguês está em concorrência com os homens de sua própria classe pela mesma educação, as mesmas possibilidades profissionais e os mesmos privilégios sociais. Por essas coisas, a proletária não teria que lutar. Nada lhe impediu a entrada no trabalho produtivo, na indústria, no comércio e na agricultura. Isso porque o empresário pode utilizar a força de trabalho da mulher, mais barata, contra a dos homens, mais cara, para baixar os salários.”

E, voltando à “verdade perdida” de Beauvoir, indagaríamos: a que verdade se refere? À verdade existente antes da perda do direito materno? Antes da divisão social do trabalho? Se é assim, ela se contradiz quando exige verdade.

Da “revolução moral” fala outra feminista, Helga Hörz: “A realização em si mesma”, “o descobrimento do próprio valor”, “o caminho que conduz a uma existência verdadeira não passaria pelo conhecimento da vida social, mas reclamaria uma ação interior”.¹⁰

Tomando em consideração esses pontos de vista, Beauvoir chama as mulheres a uma negação *vis-à-vis* dos homens da maternidade: “Uma mulher deve pôr-se a salvo da armadilha (*sic*) da maternidade e do casamento. A maternidade é uma verdadeira escravidão”.¹¹ Predica, pois, o rechaço à maternidade, em vez de reclamar contra as más condições sociais que cercam a maternidade de dificuldades, e pelo direito da mulher a uma maternidade consciente.

E como a realidade que nos cerca ainda inclui o casamento e a maternidade (*malgré tout*), a solução aventada do rechaço não muda nada nas relações humanas, nas relações entre o homem e mulher, e na família.

As teses de Herbert Marcuse não somente influíram nos movimentos estudantis, mas também no “Women’s Liberation” (norte-americano), em grupos de mulheres da RFA e em movimentos femininos de outros países. Na opinião de Marcuse, “a

⁹ *Die Welt der Schönen Bilder*. Berlim Ocidental, 1969. p. 52.

¹⁰ *Die Frau als Persönlichkeit*. Berlim Ocidental, 1971.

¹¹ *Der Spiegel*, Berlim Ocidental, n.º 15, 1976, p. 195-97.

existência de um movimento feminino separado de qualquer movimento da sociedade civil é absolutamente necessário, porque as mulheres estão submetidas a uma opressão particular na civilização patriarcal".¹² Embora ele parta do princípio de que o movimento atuaria no seio de uma "civilização patriarcal", dentro de uma sociedade dividida em classes, a ligação entre esses dois fatores não deve ser feita, pois a opressão sexual tem prioridade sobre a opressão de classe. Considera Marcuse, criador de um novo "socialismo feminino" no qual "os restos dos elementos marxistas" estão abolidos por falta de "uma continuidade do princípio de eficiência e de seus valores", que tal "socialismo feminino" implicaria em uma "reavaliação dos valores, na negação desses valores impostos e retransmitidos em uma sociedade de dominação masculina". Mas, perguntamos: como se geraram esses "valores"? São os mesmos para as rainhas e para as chefes de Estado e a massa de mulheres que não tem um valor de outro tipo (o sonante) para comprar o pão de cada dia? São os mesmos para Margareth Thatcher e as mulheres pobres e perseguidas da Irlanda do Norte? Eram os mesmos para Golda Meir e as mulheres palestinas expulsas de suas casas, de sua pátria? Os mesmos para a mulher do primeiro-ministro da África do Sul e as negras de Soweto? Os mesmos para a primeira dama dos Estados Unidos e as mulheres negras vivendo nos guetos? Os mesmos para a Sra. Matarazzo e as trabalhadoras de suas indústrias? Os mesmos para as mulheres dos grileiros e as mulheres dos posseiros? Assim por diante. . .

Voltemos a Marcuse: "As mulheres sensíveis e ternas — ainda que sejam tão úteis na luta política — sabem, antes de tudo, converter-se em agressivas, com o fim de melhorar sua condição, sob o capitalismo. Quando elas o logram — serem iguais sob o capitalismo — devem pôr mãos à obra e elaborar um socialismo feminino ou feminista, graças às suas qualidades particulares."¹³ Não sabemos como seria possível elaborar um

¹² Conferência pronunciada na Califórnia, EUA, em março de 1974, que serviu de tema a um seminário de feministas na França e, posteriormente, a outro realizado na Universidade de Frankfurt, por iniciativa do Escritório Socialista. In *Offenbach — Links*, [RFA], outubro de 1974.

¹³ Kapitalismus männlich und sozialismus". In *Das Argument*, 93, n.º 9-10, Berlim Ocidental, p. 842.

"socialismo feminino", onde as infra-estruturas permanecessem as mesmas. Uma bi-sociedade: uma para os homens e outra para as mulheres? Como seria na prática? A volta ao direito materno? (Mas se essas correntes não aceitam o direito materno?) E para que elaborar "um socialismo feminino" se haviam logrado no capitalismo todos os direitos? E será que o capitalismo toleraria tal socialismo em suas entranhas, "as entranhas do monstro", às quais se referia o filósofo e patriota cubano José Martí?

Assim, Marcuse, em seu "socialismo", não considera a relação entre o surgimento de novas condições e as transformações sociais correspondentes; exagera o caráter absoluto das condutas, separando-as de seu contexto social e nega a estreita conexão existente entre o processo de transformação da sociedade e o processo de transformação das mentalidades, das consciências.

Também Simone de Beauvoir considera, em primeiro lugar, a libertação da mulher, no domínio individual: "A libertação da mulher não pode ser um produto derivado das novas instituições e deve elaborar-se em sua própria individualidade: a libertação da mulher começa no lar, antes de abarcar a sociedade em seu conjunto".¹⁴ Deixa, no entanto, de precisar como isso se efetiva, e que fatores seriam necessários para lograr tal liberdade?

Voltemos ainda a Marcuse. Ele considera a mulher como um elemento revolucionário e fala da "função revolucionária do princípio feminino, na reconstrução da sociedade". As teses de Marcuse sobre os valores "femininos positivos" — que não são, de fato, senão o complemento dos valores "masculinos" e permanecem no marco das relações patriarcais da família burguesa — foram adotadas por alguns grupos feministas.

Betty Friedan exerceu uma influência considerável na "Women's Liberation", organização norte-americana. Representou o neofeminismo moderado e fundou a "Now-National Women Organization", em 1966. Em seu livro *A mística feminina* chamou a atenção sobre a situação das donas de casa e das mães de família pertencentes às camadas médias da sociedade dos Estados Unidos. Betty Friedan vê na situação excludente da mu-

¹⁴ Idem, *ibidem*.

lher até a sexualidade a causa da discriminação da mulher norte-americana: a exaltação das funções de mãe e de esposa, agravada pela educação e pela sociedade de consumo, na qualidade de membro ativo da sociedade: “Não é difícil distinguir os elementos concretos que frustram as donas de casa dos arredores da cidade e roubam cotidianamente seu tempo; mas as cadeias que as mantêm prisioneiras estão enraizadas em seus sentimentos. São as cadeias dos conceitos mais correntes, de fatos falsamente interpretados, de verdades imperfeitas e de decisões estranhas à realidade. Não é fácil reconhecer e rechaçar.”¹⁵ Friedan descreve de forma pertinente a situação das mulheres que ocuparam os empregos dos homens durante a Segunda Guerra Mundial e depois foram devolvidas ao lar, após o retorno dos soldados, porque não havia mais necessidade delas. E, para ajudar-lhes a aceitar esse novo papel, houve a difusão ideológica da mística feminina. Não obstante, ela não pesquisa as causas reais de uma tal ideologia. Mantém-se no marco dos fenômenos aparentes do sistema, sem explicá-los. E propõe como solução a elaboração de um programa de vida individual — ponto de partida da liberação da mulher, sem chegar às transformações sociais. “O único tipo de trabalho que permite a uma mulher dotada realizar-se plenamente, encontrar sua identidade na sociedade, conforme um sistema de vida que inclua, igualmente, o matrimônio e a maternidade — por ironia do destino — é o que propõe a mística feminina: a participação na arte ou na ciência, na política ou nas profissões liberais.”¹⁶ Assim, as reflexões de Friedan não levam em conta senão os interesses de algumas mulheres da média burguesia. Seu “plano de vida” é alheio à situação das trabalhadoras e da maior parte das donas de casa.

A feminista Shulamit Firestone (Estados Unidos) escreve: “A análise presente realizada pela esquerda está superada e é superficial para as feministas radicais, porque essa análise não conduz à sociedade econômica de classes, às suas origens na sociedade ‘sexual de classes’, que é o modelo de todas as so-

¹⁵ FRIEDAN, Betty. *A mística feminista*. Vozes, Rio de Janeiro, 1973.

¹⁶ Idem, *ibidem*.

iedades exploradoras.”¹⁷ Tal teoria pretende definir as mulheres como classe, mas em termos sexuais, e as opõe à classe dos homens ou seja à classe exploradora. E acrescenta: “Na família biológica há uma distribuição enraizada e desigual do poder. Esta aspiração ao poder que leva à formação de classes provém do desenvolvimento psíquico-sexual do indivíduo em razão de seu desequilíbrio elementar.”¹⁸ Assim, Firestone afirma que a luta entre os sexos é a força motriz de todos os acontecimentos históricos, e reclama não somente a abolição dos privilégios masculinos, mas também a das diferenças de sexos. Propõe uma revolução sexual mais ampla do que a revolução socialista. Nessa “revolução”, para superar as diferenças de sexo, a força do pensamento e da ação revolucionária deve residir nas mulheres. Se as opiniões de Firestone fossem válidas, poderíamos concluir que as diferenças biológicas devem ser superadas e as sociais devem permanecer.

Aliás, Alice Schwarzer diz isso muito claramente: “[...] a definição das classes não convém às mulheres. A exploração primária das mulheres — trabalho doméstico, educação das crianças, atenção ao homem e seu trabalho específico — alcança as diferenças de classes — nem a raça e nem a classe social — e determina a vida humana tanto como o sexo.”¹⁹ As contradições de classe no capitalismo são simplesmente ignoradas ou minimizadas, colocando-se em evidência outras contradições antigas ou novas, objetivamente existentes ou inclusive inventadas; em todo o caso não são essas jamais as contradições mais importantes. Confundem-se conceitos como classe, raça ou sexo: “O modelo patriarcal é o fundamental, a partir do qual funciona outros mecanismos de dominação: o racismo, o capitalismo e o imperialismo. Ele mostra a correspondência entre a polarização masculino/feminino e os valores sociais atribuídos à mesma (forte, débil etc.), por uma parte, e certos estereótipos culturais, por

¹⁷ MENSCHIK, Julia. *Grundlagentexte zur Emancipation der Frau*. Colônia [RFA], 1976. p. 272.

¹⁸ Idem, p. 260.

¹⁹ SCHWARZEN, Alice. *Der klein Unterschied und Seine Grossen Folgen*, [RFA], 1975.

outra, a respeito dos quais os dirigentes classificam as minorias, as classes e os povos.²⁰

Todas essas afirmações não reconhecem o nexos entre o racismo, o fascismo e o patriarcado, e os sistemas dominantes. A análise se limita às manifestações do capitalismo consideradas como totalmente autônomas. Fala-se, então, do interesse "capitalista-patriarcal" dos homens. Terá o operário um interesse capitalista em oprimir sua mulher? Que benefício obterá com isso? Que ganhará com a discriminação salarial de sua mulher, que implicaria a redução do orçamento familiar? Será que a diferença entre os lucros dos donos das múltiplas e os salários dos operários dessas múltiplas é tão pequena, em relação à diferença entre o trabalhador e a trabalhadora? Não considerando o homem como ser social, a competição e o lucro, por exemplo, são caracterizados como valores masculinos (e ignoram as funções desses valores como sistema capitalista, tanto no que respeita à produção como aos lucros auferidos). No entanto, as mulheres, como os homens, estão submetidas a mecanismos de opressão que o sistema lhes impõe. Por isso, considerar isoladamente essa opressão, como o fazem algumas correntes e personalidades feministas, sem explicar a relação entre a discriminação da mulher e a propriedade privada, entre a exploração e a opressão, indireta e lamentavelmente estão alimentando o sistema.

Foram essas teorias que através de grandes frases ditas revolucionárias e com grande ressonância nos meios de comunicação de massas (era claro o interesse do sistema) tiveram — e têm — uma grande influência sobre o neofeminismo dos anos 60.

²⁰ *Frauen Gemeinsam sind stark*. Frankfurt [RFA], 1972. p. 10.

CAPÍTULO 5

Sexualidade & sexualidade

Poucas questões dentre as que compreendem a questão feminina, surgidas e ressurgidas como o neofeminismo, têm sido tão mistificadas como a da sexualidade, a qual vem sendo apresentada fora e acima da opressão histórica à mulher e sem uma correta relação com a situação material, social, política e cultural decorrente dessa opressão.

Essa mistificação diz respeito à consideração *a priori* de uma sexualidade feminina isolada da sexualidade em geral. No entanto, para fazer com que a sexualidade se manifeste, é necessário uma transformação do conjunto das causas que dão origem às formações sociais. E a prova disso é que existe uma história das relações sexuais, das formas amorosas, um história da paixão, e, portanto, da sexualidade feminina. Aliás, a etnologia registra variantes da sexualidade, no tempo e no espaço: não se ama da mesma forma, por toda a parte; os homens não têm no mundo inteiro o mesmo comportamento amoroso, as mulheres também não; as posições do ato sexual são diferentes, as exterioridades, os gestos de carinho, as palavras, os ritos variam.

Toda a sexualidade está inscrita em uma cultura e essa cultura, marcada pela história. Para dar somente um exemplo, no Museu Rafael Larco Herrera, em Lima, Peru, há peças das civilizações pré-incaicas, datando de 700 a 3000 anos, que mostram variações de atividades sexuais de tal forma eróticas, que às salas onde estão expostas é proibido o acesso de menores de 18 anos. Portanto, nada de novo!

As importações de modismos sexuais, que foram da guerra dos sutiãs a outras guerras, reivindicando o conhecimento do corpo, mas só das mulheres (por que não dos homens?), não

são também novos e nos fazem voltar à Idade Média, a um período que daí se estende até o século XVII, quando era oferecido o espetáculo de mulheres, chamadas de “feiticeiras”, a um público masculino — um equivalente do orgasmo feminino, que hoje é uma espécie de bandeira de certos grupos.

E como suporte a esses modelos, fazem um apelo a Freud com a sua misoginia, colocando a sexualidade feminina no contexto de seu destino anatômico, que, segundo ele, condiciona o comportamento específico da mulher. Ainda com referência a Freud, carregado em andor nos anos 60, posto em alguns altares até hoje, e em nome de quem os países socialistas foram tão criticados, por não aceitarem suas teorias do “destino anatômico da mulher”, é bom lembrar que ele pretendia impedir as lutas da “massa ignara”, pelo caráter elitista de suas pesquisas. E tal como Malthus que pretendia dizimar os pobres, antes de nascerem, para não estorvarem as classes dominantes, Freud em vez de cama oferecia divãs, onde só os ricos se deitam até hoje, considerando-se que a nascente burguesia industrial não desejava sequer oferecer camas a esses pobres. Hoje, já são vendidas à prestação...

A “explicação” que se oferece da sexualidade, como a primeira causa da inferioridade da mulher sobre todos os planos, não é mais do que um mito que legitima a ordem social (o complexo da castração).

No entanto, grupos feministas se referem contraditoriamente a esta e a outras correntes da psicanálise, assim como a certos orientadores ideológicos, para justificar a sexualidade como o último fundamento da inteligência das diversas formas de vida social e de sua evolução, a última e principal realidade à qual tudo se liga e se desliga. Trata-se realmente de usar a psicanálise para buscar os caminhos da libertação ou para dirigi-la. Mas qual psicanálise?

Quanto à igualdade, não há razões de preocupação, já que desde o ponto de vista anatômico e fisiológico os corpos de todos os seres humanos são similares; têm uma estrutura análoga (cabeça, vísceras etc.); realizam idênticas funções (respiratórias, circulatórias etc.). Todos os seres estão sob as mesmas leis naturais (físicas, químicas e biológicas), não só quanto aos seus próprios corpos, mas também em relação à natureza circundante.

Todos os seres experimentam as mesmas necessidades orgânicas, como beber, comer etc.

Desde o ponto de vista psicológico, acontece o mesmo, porque possuem mecanismos análogos: percepção, memória, imaginação, generalização, abstração, raciocínio, sentimentos de amor, de aversão, impulsos etc., e todos realizam as funções próprias de tais mecanismos.

Quanto às funções humanas, há a mesma similitude: a função do conhecimento do mundo, a função técnica para buscar formas de condicionamento da natureza e de dominação da mesma para satisfação de suas próprias necessidades, as preocupações subjetivas; atividades e organizações políticas etc.

Então, de que se trata?

Em geral e através dos tempos, o sexo foi utilizado para oprimir as mulheres, como instrumento de uma moral feita para dominá-las e, ao mesmo tempo, usá-las como agentes de dominação.

No estágio atual, o sistema de regras que regem a relação das mulheres em função de seus corpos evoluiu até o direito de exigir uma sexualidade consciente, responsável e autônoma, já que os anticoncepcionais permitem tornar a procriação independente do prazer. Por isso mesmo, é estranho que o sexo apareça como fator único e fundamental da libertação da mulher, até o extremo de colocá-lo como causa da repressão histórica e não como consequência dessa repressão. Seria, nesse caso, uma libertação limitada ao prazer, ao sexo. Seria que a libertação da mulher se faz através da masturbação, do orgasmo em si mesmo?

Esses mesmos grupos tentam responder essa questão utilizando o Relatório Hite, que se tornou uma espécie de evangelho (ou será testamento?) de tal doutrina. Esse relatório, carecendo de metodologia científica, é um estudo do depoimento de mulheres sobre a sexualidade.

Acontece que a prática da masturbação é tão velha como o homem, falando genericamente. E, como a exportação do conhecimento dessa forma de usar o sexo não seria necessária, já que os desenvolvidos e os subdesenvolvidos a conhecem, resta-nos pensar que se trata de publicidade do manipulador elétrico. Será que os Estados Unidos desejam faturar também cobrando o preço da tecnologia sexual?

No caso da realidade brasileira, o que nos preocupa é que se tente e se pretenda colocar a repressão sexual como causa de todos os males sociais: do analfabetismo, da fome e da miséria no campo e nas cidades, da falta de oportunidades de trabalho, da falta de equipamentos sociais para as famílias; da falta de escolas; dos salários mais baixos para as mulheres; da situação de inferioridade na família; da não participação da mulher na vida pública etc. Seria concentrar a discriminação às mulheres em suas zonas erógenas, como se elas não tivessem nem rosto, nem mãos, nem consciência. Nada! Como se não necessitassem comer, morar, estudar, progredir, participar, lutar.

Essa tentativa de excluir a mulher das lutas sociais, limitando-as e isolando-as dentro do círculo estreito de uma chamada libertação sexual é falsa, mesmo em termos desse tipo de libertação, pois um ser tem necessidade do outro, sexualmente. Assim também o ato sexual é social (do latim *socius*, companheiro) e socializado, em sua essência e em seu exercício, a não ser que seja levado à prática o programa da organização SCUM dos EUA que clama pela castração maciça dos homens.²¹

E o mais grave é que sendo a questão feminina colocada nesses termos, não atinge as grandes massas femininas, mas somente grupos de mulheres da pequena-burguesia, intelectuais, universitárias, profissionais, o que limita o movimento de mulheres e encerra-o no círculo das crises: crise de educação, crise de cultura, crise dos valores morais, crise da família, cujas soluções são buscadas de maneira individual e, deliberadamente ou não, dissociadas do seu contexto social e político.

Uma das soluções apresentadas é a do orgasmo. Se realmente o orgasmo solucionasse todas as crises, terminando com a opressão que pesa sobre a mulher, milenar e historicamente, essa opressão nunca teria havido, porque não vamos pensar no desconhecimento dessa possibilidade. Muitas etnias africanas, por motivos religiosos e culturais, faziam — e fazem — a ablação do clitóris para evitar o prazer, sinal de que o conheciam e o conhecem.

Não é o caso de negar-se a influência dos fatores biológicos e natural, mas sim de verificar que à medida que foi — e se vai

²¹ *Isal Abstracts*, ano 4, v. 4, n.º 46. México.

— desenvolvendo a biologia, a psicologia, a antropologia, a sociologia e outras ciências, aparece através desses mesmos estudos o mecanismo da interação entre o biológico e o social.

É por isso que, quando se fala da necessidade de conhecer o corpo, a referência não deveria ser apenas ao sexo, mas também aos estômagos famintos das mulheres do Nordeste, às camponesas que trabalham de sol a sol, às operárias que depois de oito horas de trabalho em uma fábrica recomeçam a segunda jornada.

Aliás já se importaram tantas teorias e modismos que nada mais instrutivo — e permitimo-nos fazê-lo — do que recolher o que diz a escritora italiana Maria-Antionietta Macciocchi, em seu livro *As mulheres e seus donos*: “[...] há um vácuo insuportável no pensamento teórico sobre o sexo” [...] “Será o corpo da mulher um todo ou útero somente?” [...] “Sou por um feminismo de cara humana, que não começa abaixo da cintura.”

Essa mistificação que coloca a questão feminina abaixo da cintura não responde a um dos fatores essenciais da mesma, que é a divisão social do trabalho. Quando se estuda essa divisão, universalizando o fato historicamente, verifica-se que, na realidade, como diziam Marx e Engels na refutação a Feuerbach, a divisão apareceu, em sua origem, em relação ao ato sexual, ao ato da procriação. Apresentaram, naquela refutação, como intervindo nesse processo, “a relação entre homem e mulher, entre pais e filhos — a família —, cuja relação é de uma parte natural e de outra social”. De onde se conclui que uma determinada forma de produção ou uma determinada fase industrial condiciona essa relação natural a essa relação social, em cujo centro se encontra a mulher.

Por isso mesmo é que a mulher é ponto de disputa ideológica e interessa ao sistema que, ao tratar dessa questão, e para evitar que as mulheres lutem para solucioná-la no contexto de uma sociedade de classes, a referida questão é enunciada, artificialmente, em termos do “antagonismo sexual”, a fim de desviar as massas femininas das lutas por sua igualdade econômica e política.

Por outro lado, são utilizados instrumentos próprios da sociedade de consumo, para fechar, cada vez mais, o mundo

espiritual da mulher, tentando neutralizá-la, para justificar a velha tese da “inferioridade biológica”. Não existe uma fatal determinação biológica que condene o sexo feminino a um segundo plano intelectual e social. Trata-se de condicionamentos histórico-culturais que uma sociedade nova e superior deve valorizar criticamente, eliminando tudo quanto possa significar a supervivência de preconceitos e barreiras à libertação integral da mulher.

Essa sociedade de consumo, ao lado do que ela considera a massa consumidora e a maioria silenciosa, faz da mulher mais um produto de consumo: o sexo é uma grande fonte de lucro do capitalismo, daí a erotização da moda, da nudez, para vender produtos de beleza para a pele, para os cabelos, roupas de cama, toalhinhas higiênicas, e até produtos alimentícios. Abrem espaço, mas não dentro de envelopes de plástico proibidos a menores de 18 anos (será?), para o faturamento do erotismo, tendo a mulher (claro) como objeto sexual.

Embora seja normal que surja, na onda da questão feminina, o tema da libertação sexual, é falso e prejudicial ao movimento de mulheres, em termos de consumismo também político, inseri-lo prioritariamente na realidade feminina, dando-lhe *status* de causa. E quando se fala na articulação das mulheres, para as lutas por sua libertação como parte das lutas sociais, surge então uma teoria fragmentada, através do casuísmo, elaborada segundo experiências pessoais.

E nessa linha de pesquisa se apresenta, como tese, a supervalorização de situações pessoais, psicológicas e sexuais da opressão feminina (uma nova ética sexual?), com a redução dessa pressão aos problemas de mulheres de determinados setores. Essa atitude é inspirada, como mencionamos anteriormente, em ideólogos como Wilhelm Reich, que situam essa problemática humana nos comportamentos autoritários das relações sexuais e não na opressão das classes dominantes que lhes dá origem.

Paradoxalmente, as mulheres que assumem tais posições, ao mesmo tempo que reivindicam seus direitos, na prática, pregando esses direitos — o de usar o corpo livremente —, alimentam os restos de poligamia herdados de formações históricas anteriores.

Enquanto vão descobrindo e redescobrando o corpo, não dão muita preocupação ao sistema; mas quando saem às ruas em manifestações exigindo justiça, terra e pão, contra o fascismo e a repressão, exigindo direitos iguais em todos os sentidos, sem excluir o sexo — mas colocando-o na lista de suas reivindicações —, aí então se acaba a tolerância com a “massa ignara”.

Seria bom visitar os ex-campos de concentração nazistas para conhecer a tragédia de milhões de mulheres assassinadas por suas idéias ou por suas raças, por resistência ao fascismo e à ocupação de seus países. Seria interessante conhecer e relembrar a participação das mulheres na guerra civil espanhola, seus sofrimentos e sua coragem, que podemos simbolizar na pessoa de Dolores Ibarruri, “La Pasionaria”. Seria útil saber como os soldados do colonialismo português abriam os ventres das mulheres e matavam os fetos com as suas botas fornecidas pela OTAN, queimavam as aldeias, e, no entanto, elas continuavam resistindo nas guerrilhas e mesmo comandando-as na Guiné Bisau, em Angola e Moçambique.

Pensamos que essas trágicas lembranças poderiam dar uma visão mais ampla da participação da mulher em um grande elenco de atividades, já que a situação de inferioridade a que foi relegada, historicamente, está ligada — e o foi expressamente — para perpetuar a propriedade, a herança e, portanto, a dominação de alguns poucos sobre as maiorias, nas diversas etapas vividas pela humanidade. E a mulher continuou sendo objeto passivo, mesmo quando, através de formas de produção, iam desaparecendo os vínculos escravagistas e finalmente eram liquidados os regimes de escravidão, na acepção literal da palavra. Os usos e costumes nos vários estágios de uma dependência forçada acabaram por transformar as mesmas em dependência “espontânea” — mas não só sexual —, por força dos estatutos jurídicos, das religiões, da organização familiar, das tradições.

Em resumo, a opressão sexual da mulher coloca duas questões: suas origens e suas determinantes biológicas, históricas, culturais, políticas, sócio-econômicas. E mesmo quando há grupos e pessoas que usam o rótulo do sexismo para mudar o conteúdo da questão não o conseguem, porque a dialética da vida se impõe

e nenhuma teoria que se oponha a essa dialética, como é o caso de pretender subordinar e limitar a discriminação da mulher à repressão sexual, não encontrará resposta ponderável, em termos de conscientização e de luta para modificar a condição da mulher. E é justamente por isso que essas concepções são absorvidas e aproveitadas pelo sistema, pois não oferecem perigo. São todas postas à venda em envelopes de plásticos. . .

CAPÍTULO 6

Um diálogo esclarecedor

Todas essas idéias, definições, polêmicas, discussões, conhecimentos, informações, atividades têm exigido — e têm dado lugar — a um reexame das velhas idéias feministas e a um exame das novas, em termos cronológicos.

Deixando as referências históricas do século passado, o que se verifica hoje em dia, possivelmente de forma inconsciente, é a tentativa de esconder e confundir certos aspectos da questão feminina, através da priorização de outros. E disso falamos, anteriormente. Ainda se fala e se exalta o feminismo dos anos 60, como se aqueles anos correspondessem a uma etapa definitiva das lutas pela libertação da mulher. Mesmo quando não é feita uma referência explícita às palavras de ordem decoradas de alémmar e traduzidas dentro do país, o conteúdo delas está presente.

Foi por isso que escolhemos as duas principais ideólogas e inspiradoras das posições e das ações correspondentes àquela fase, para dizerem como se comporta o feminismo, que elas tanto justificaram e defenderam.

Trata-se de um diálogo-entrevista entre Betty Friedan e Simone de Beauvoir, a pedido da primeira, com o propósito de “compartilhar com alguém mais experiente, meus temores de que o movimento feminista está chegando a um ponto estacionário”.²²

A entrevista foi publicada em 1975, e as palavras citadas são de Betty Friedan. Justamente, naquele ano, reapareciam grupos organizados de mulheres, alguns deles com conotações femi-

²² *Boletín Documental sobre las mujeres*, publicação trimestral de CIDAL, Imprenta Arias, México, ano 5, n.º 4, 1975.

nistas. Foi quando se realizou na Associação Brasileira de Imprensa — ABI —, Rio de Janeiro, o Seminário sobre a Situação da Mulher, com a participação de 300 representantes de vários setores sociais, sendo a maioria constituída de trabalhadoras, vindo esta a aprovar um excelente documento sobre a situação da mulher, como parte integrante da questão social.

Naquela ocasião, o nome Betty Friedan era badalado nas vozes, nas imagens e nas letras de todos os meios de comunicação de massas no Brasil, enquanto muito pouco se disse a respeito do seminário ao qual nos referimos.

É que os problemas sócio-econômicos que pesam muitas vezes duplamente sobre as mulheres, constantes das conclusões do Seminário, denunciavam o sistema, enquanto as declarações de Friedan minimizavam ou omitiam as causas — o sistema — desses problemas.

Há um atraso, portanto, na circulação de idéias que as suas autoras já confessavam fracassadas (há 15 anos). Mas, com a palavra, textualmente, Friedan e Beauvoir.

Friedan: “Pensei que seria importante para nós termos agora uma conversa pela seguinte razão: o movimento feminino ao qual, creio, ajudamos a influir com os nossos livros e por meio do nosso pensamento, surgiu como o movimento maior e de crescimento mais rápido — talvez o único movimento vital — para mudanças sociais básicas na atual década. Alcançou na América do Norte, e de alguma maneira no mundo, uma espécie de cume, mas agora vai tropeçando e caindo em certo estancamento.”

Beauvoir: “Sim, penso que isso acontece também na França, hoje em dia.”

Friedan: “Nos últimos anos, nos Estados Unidos, houve uma grande perda de energia em disputas ideológicas internas. . . Por declarações no caso Watergate, *suspeitamos que agentes provocadores se infiltraram no movimento feminino, provocando desorganização e extremismo, fomentando a divisão sobre aspectos sexuais como ‘abaixo os homens, os partos e a maternidade’!* A tentativa de fazer uma ideologia política privilegiando o sexo e baseada no lesbianismo esgotou as forças da vertente política

principal e obstaculizou o impulso político do movimento feminino.”

Beauvoir: “Sobre isso não estou segura. Você quer dizer que promover ‘não ao parto, sim ao lesbianismo’ pode ser uma manobra para destruir o movimento?”

Friedan: “Imobiliza politicamente o movimento. Até certo ponto, há profundas diferenças ideológicas. Algumas mulheres no movimento crêem sinceramente que esta é uma luta contra os homens; que o parto, a maternidade e o sexo são os inimigos, e eu estou em desacordo com elas. Meu modo de pensar é que a ênfase exagerada dada aos temas sexuais e à política sexual como proposição à situação da mulher na sociedade em geral, pode ter sido acentuada por aqueles que desejam imobilizar politicamente o movimento. Segundo pesquisas realizadas pelos Instituto Gallup e Harris, a maioria das mulheres norte-americanas e ainda a maioria dos homens apóiam as metas básicas de igualdade para as mulheres na sociedade. Mas quando se deixa transparecer que as mulheres devem renunciar ao amor dos homens ou às crianças, perde-se a maioria das mulheres.”

Friedan: “Está o ‘Movimento de Libertação Feminina’ [refere-se à França] dirigindo-se mais por um caminho econômico?”

Beauvoir: “Está muito dividido. Há feministas que só se ocupam do que você estava falando, da luta contra os homens, do lesbianismo e de tudo isso. Mas há outras que estão participando dos movimentos socialistas, que procuram vincular a luta sexual com a luta econômica de classes, e estão procurando trabalhar com as operárias.”

Friedan: “Bem, em meu país, o avanço em busca de uma nova consciência tem sido grande, pois estamos enfrentando uma situação de crise econômica e as mulheres estão sendo despedidas de seus trabalhos. Com as reduções dos orçamentos nas universidades e corporações há um retrocesso nas conquistas das mulheres. E perguntam como podemos fazer valer as regras para contratar mais mulheres, quando há desemprego e problemas mais sérios. . . Você estará de acordo que não é somente um problema de destruir a evidente discriminação sexual, mas que

será necessário mudar as regras do jogo, a estrutura trabalhista, a separação de classe entre secretária e chefe, enfermeira e doutor.”

Beauvoir: “Sim, por isso muitas mulheres pensam que não deveriam entrar no jogo da estrutura atual.”

Friedan: “A desumanização do sexo, sua exploração e o machismo do homem são causados pela desigualdade da mulher. Quando isso mudar, haverá uma libertação sexual real” [...] “Quando as mulheres tiverem verdadeiramente uma independência econômica, quando tivermos nossa própria identidade, quando pudermos valorizar-nos como os homens são capazes de fazê-lo, então poderemos relacionar-nos em uma base de igualdade e respeito mútuo pela pessoa de cada um” [...] “Sempre cito algo que li, primeiramente, em seu trabalho. Você diz que a mulher se sente rebaixada no sexo, porque no ato sexual ela está embaixo. É a sua opinião, e eu estou de acordo com você que ela simplesmente estava expressando seu ressentimento de inferioridade na sociedade em geral.”

Beauvoir: “Correto, é um *fato cultural*.”

Friedan: “Então, não é o sexo o que rebaixa a mulher, mas a sociedade.”

Beauvoir: “Sem dúvida, mas o sexo chegou a ser o símbolo do que faz a sociedade.”

Friedan: “Quando mudarmos a sociedade poderemos eleger nossa sexualidade.”

Beauvoir: “Totalmente de acordo.”

Infelizmente, as feministas brasileiras são — ou querem ser — mais realistas do que o rei. Ou do que as rainhas.

CAPITULO 7

A visão dos clássicos

Várias vezes nos referimos a ideólogos nos quais se orientam e se inspiram algumas correntes feministas, que não se limitam a adotar suas teorias mas a afirmar que a teoria da emancipação da mulher foi sempre um elemento acessório na teoria marxista. O que poderiam dizer, e com toda a razão, é que a teoria marxista não preconiza um novo feminismo que reconcilie as classes, considerando que a luta de classes é um fenômeno objetivo e que não foi inventado por Marx. Esse fenômeno diz respeito também à mulher, a não ser que esta seja excluída da sociedade, inclusive da sociedade brasileira.

Ora, para justificar essa reconciliação, apresentando a discriminação à mulher em termos individuais, de sexo, essas correntes alegam que os marxistas consideram a libertação da mulher unicamente no processo de produção e rechaçam uma revolução no plano cultural.

A crítica, segundo a qual os marxistas consideram o ser humano somente do ponto de vista econômico em sua relação com o processo produtivo (e que a mulher seria unicamente um elemento de produção), se baseia na ignorância ou em uma falsa interpretação do marxismo.

Em uma carta a Bloch, disse Engels: “Segundo a concepção materialista, o elemento determinante da história, em última instância, é a produção e a reprodução da vida real. Nem Marx nem eu temos afirmado outra coisa. Se alguém desnaturaliza nossa posição, no sentido de que o fator econômico é o único determinante, transforma aquela afirmação em uma frase vazia, abstrata, absurda. A situação econômica é a base, mas os diversos elementos da superestrutura, as formas políticas da luta de

classes e seus resultados — as Constituições, uma vez ganha a batalha pela classe vitoriosa; as formas jurídicas, assim como o reflexo de todas essas lutas reais na consciência dos participantes; as teorias políticas, jurídicas, filosóficas; as concepções religiosas e seu desenvolvimento ulterior em sistemas dogmáticos — exercem igualmente sua influência no curso das lutas históricas e, em muitos casos, determinando, de modo preponderante, sua forma. Existe uma interação de todos esses fatores.”²³

A crítica do economicismo imputado ao pensamento marxista junta-se outra: o trabalho da mulher tão preconizado por Marx e Engels não traz a emancipação, por isso é necessário condená-lo.

Realmente, os marxistas consideram que o trabalho feminino é uma condição essencial para a libertação da mulher, porque cria uma certa independência da mulher em relação ao homem, porque a arranca de seu isolamento, oferece a possibilidade de participar do progresso social e favorece a formação de uma consciência de classe e um compromisso com a sociedade. Mas não ficam aí: exigem que sejam asseguradas as condições sociais necessárias, a fim de que a mulher possa conciliar o trabalho e a maternidade, e que a exploração e a alienação do trabalho características das relações capitalistas sejam suprimidas.

É precisamente Engels quem, em uma de suas obras,²⁴ para dar apenas um exemplo (há inúmeros outros), analisa as condições de trabalho extremamente graves na fabricação de entremeios e, com o fim de organizar a luta das mulheres por melhores condições de trabalho, escreve: “Para sustentar seu corpo nesta posição, as jovens usam um espartilho com montagens de ‘mães’ e considerando a pouca idade da maior parte, quando seus ossos são ainda frágeis, junto à posição encurvada, deforma o externo e as costelas, provocando um estreitamento da caixa torácica, que normalmente deveria estar livre para desenvolver-

se. A maior parte morre tuberculosa, já que trabalha em uma atmosfera viciada. Não recebem quase nenhuma formação e a prostituição faz estragos entre elas [...] Tal é o preço que paga a sociedade para facilitar às belas damas da burguesia o prazer de usar rendas — e não é por acaso barato?”

As feministas afirmam igualmente que os marxistas esquecem os trabalhos domésticos. Mas vejamos: são justamente os marxistas os que reclamam que essa ocupação seja substituída pelos serviços sociais, a fim de ajudar à mulher e à família. Engels considerava a unidade entre o trabalho e a família como um “dos fatores determinantes na história”, no entanto há grupos feministas que separam e dão foros de relações de produção ao trabalho no seio da família, onde não se produzem os meios de existência de que ele falava.

Sobre isso, escreveu Lênin: “A mulher continua sendo a escrava doméstica, apesar de todas as leis libertadoras, porque a pequena economia doméstica a oprime, a sufoca, a embrutece, a humilha, destinando-a à cozinha, ao cuidado das crianças, obrigando-a a empregar suas forças em tarefas terrivelmente improdutivas, mesquinhas, enervantes, embrutecedoras, deprimentes. A verdadeira libertação da mulher não começará senão ali e no momento em que comece a luta de massas (dirigida pelo proletariado no poder) contra esta pequena economia doméstica, ou mais exatamente, depois da transformação ponderável na grande economia socialista [...] Os restaurantes, as creches, os jardins de infância, eis o exemplo desses novos rebentos, eis os mais simples cotidianos que não supõem nada de pomposo, de extraordinário, de majestoso, os quais na prática são capazes de liberar a mulher, de diminuir e suprimir sua desigualdade com o homem, e respondem a um papel na produção e na vida social.”²⁵

Voltando e repetindo algumas considerações, sabemos que essa oposição, ou melhor, essa negação ao marxismo de algumas feministas é simplesmente um rechaço da análise da origem da opressão da mulher, em relação ao surgimento da propriedade

²³ Correspondência de Londres, de Friedrich Engels a Joseph Bloch, datada de 21 de setembro de 1890 e publicada em MARX, Karl e FRIEDRICH, Engels. *Obras escogidas*. Moscou, Editorial Progreso, 1974. t. 3, p. 509.

²⁴ ENGELS, Friedrich. *La situation de la classe ouvrière en Angleterre*, Editions Sociales, Paris, 1961.

²⁵ Consulte-se o estudo de Vladimir Ilitch Lenin, “A grande iniciativa”, escrito em 1919 e incluído em LENIN, v. I. *Obras escolhidas*. Moscou, Edições em Língua Estrangeira, 1947. t. 11, p. 596-98.

privada. A análise de classe, segundo elas, não seria concernente à questão feminina, porque a opressão às mulheres teria uma origem e uma gênese diferentes. Sustentam uma opinião biológica e psicosssexual. A opressão da mulher seria o resultado da oposição homem-mulher, vista como uma contradição insuperável da ambição natural do homem pelo poder.

O desconhecimento ou uma incompreensão intencional do marxismo caracteriza igualmente a atitude de numerosas feministas, a respeito do matrimônio. Os marxistas não consideram a moral e o matrimônio como problemas que possam ser colocados à margem das classes sociais; esclarecem o caráter de classe da hipócrita moral burguesa e têm uma concepção clara sobre a moral socialista nas relações entre os sexos. E ademais existe, por acaso, uma crítica mais severa ao matrimônio burguês do que a que foi feita no *Manifesto comunista*? “Sobre que base repousa a atual família burguesa? Sobre o capital e o proveito individual. A plenitude da família existe somente para a burguesia, mas tem por consequência a supressão forçada da família na casa do trabalhador e a prostituição pública.”

Desdobrando essa pergunta e essa resposta, pedimos licença para colocar sobre a mesinha de cabeceira dos/das que negam, rechaçam e desconhecem as posições marxistas sobre a questão feminina — sem a intenção de torná-las estáticas —, entre outros livros, o de Augusto Bebel, *A mulher e o socialismo*, e o de Friedrich Engels, *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*, ambos escritos um século antes da década de 1960.

E lembramos aqui as palavras de Bebel que poderiam ter sido ditas em nossos dias:

“Nós somos os contemporâneos de uma grande evolução social que toma, cada vez mais, amplas proporções [...] Surgiu uma enorme quantidade de questões sobre cuja solução se discute em vários sentidos. E uma das mais importantes é a chamada questão feminina.”

CAPÍTULO 8

Em forma de conclusão

Ei-nos, para concluir, voltando ao nosso ponto de partida. Mas também chegando às lutas atuais para abolir as desigualdades entre os sexos.

Como tema dessas lutas, ouvimos, de vez em quando, uma expressão que realmente nos preocupa: “chauvinismo masculino”. E nos preocupa porque, considerar o “machismo” como um problema individual, não significará absolver o sistema social dessa atitude do macho? Se um trabalhador é machista, ele está servindo apenas ao seu individualismo ou ao patrão que paga mais barata a mão-de-obra feminina?

Se é bem verdade que o homem é produto da sociedade, é verdade também que esse produto se rebela contra a sociedade que o criou. Isto é, das próprias injustiças dessa sociedade nasce uma consciência social para destruí-la. Assim, no caso do “machismo”, a contraposição homem-mulher é uma forma que não leva à modificação dessa atitude.

Um trabalhador machista está contribuindo para a criação de uma mão-de-obra marginal ou suplementar para aumentar os lucros da classe que o explora. Ora, então, o combate ao machismo tem que ser feito dentro da realidade dessa exploração, dentro do contexto da luta de classes, e não como um fenômeno separado dela. Porque se a mulher serve de objeto e se transforma em propriedade do homem, doméstica, familiar e sexualmente, é por força e em consequência da sociedade que os explora. Para as trabalhadoras, isso é duas vezes negativo: no plano individual e no plano social.

Nas classes dominantes ou nas camadas da média e da pequena burguesia, o machismo em geral tem um efeito muito mais

individual; pode não ter as conseqüências de transformar as mulheres em mão-de-obra mais barata e marginal, mas assim mesmo, à medida que cresce a participação da mulher de todas as camadas na produção social, de qualquer forma ele a discrimina.

No entanto, como o problema não se apresenta, para essas camadas sociais, tão tragicamente agudo, e como as implicações são mais de ordem familiar e individual, elas o consideram limitado ao sexo, e vêm justamente dessas camadas os movimentos feministas.

Em muitos casos, é compreensível que tenham tal concepção da questão feminina, porque nesse ponto se sentem mais diretamente afetadas, já que economicamente podem não só sobreviver, mas até viver bem, isto é, consumir, ter um alto nível de vida. Limitam assim suas lutas ao aspecto concreto que lhes toca: o pertencer ao homem na qualidade de objeto de prazer, mesmo quando trabalham e usufruem o que se chama de independência econômica. Mas como o sistema social é fracionado, envolve universalmente a todos os indivíduos. E, no caso das mulheres, oprimidas histórica e milenarmente, cada uma paga o ônus desse sistema, de uma forma ou de outra, umas mais outras menos.

Há pois duas formas de opressão — a material e a psicológica — que se apresentam de acordo com a classe ou a camada social a que pertence a mulher, mas que se originam da mesma fonte, do sistema social dominante, variando no tempo e no espaço da história.

Assim as formas de luta, temos que convir e aceitar, tomam aspectos diferentes. É natural pois que as mulheres que não sentem diretamente a forma de opressão material coloquem nos seus movimentos o problema da opressão psicológica, isto é, o problema do sexo.

No entanto, não podemos aceitar que sejam globalizadas a posição e as ações que conduzem à negativa das verdadeiras origens da opressão à mulher, negativa essa que na prática coloca essas ações na vontade e nas poucas mãos de um reduzido número de mulheres da média e da pequena burguesia.

Concebemos que nesse debate, ou melhor nesses esclarecimentos, partindo das causas e origens da questão feminina, devemos buscar os caminhos práticos abertos em terras da realidade

de nosso país, para que marchem por ele não uns poucos grupos mas milhões de mulheres brasileiras.

Pensamos que os diversos pontos de vista e os métodos empregados por diferentes grupos em suas atividades não deverão ser obstáculos para ações coincidentes com o objetivo de obter mudanças reais em favor das mulheres. Realmente, cada atividade pela igualdade de direitos na sociedade em que vivemos é um passo adiante na luta pela conquista de reivindicações formuladas, não a partir de 1968 ou de 1975 ou de hoje, mas, há longo tempo, por mulheres brasileiras, por cujas reivindicações deram a liberdade e suas vidas.

Quando apresentamos, nos capítulos anteriores, algumas opiniões, considerações e respostas sobre a questão “ser ou não ser feminista”, nosso propósito foi o de defender alguns pontos teóricos, porque, como dizia Gramsci, “só a verdade é revolucionária”. O propósito é contribuir para a discussão da questão feminina tão manipulada e deturpada nesses últimos tempos.

A história nos ensina que a revolta contra todas as injustiças, por mais justa que seja, não alcança o fim dessas injustiças, se não se conhecem as raízes, se não se consideram as responsabilidades e se, a partir daí, não se determina contra quem é necessário lutar, e quais as mudanças necessárias para transformar, no caso, a condição feminina.

É por isso que nos preocupamos com a origem e a causa da opressão à mulher, pois do contrário cairemos sempre na dúvida que, a longo ou mesmo a curto prazo, pode prejudicar a mobilização e a organização de mulheres: luta contra uma sociedade masculina ou luta contra um sistema social que nega a prática de todos os direitos à mulher, porque também os nega a milhões e milhões de homens.

A nossa resposta é a seguinte: “Não pode haver libertação da humanidade sem a independência social e a igualdade dos sexos.”

ANEXO I

Notas indicativas para uma memória do movimento feminino no Brasil — 1945/1964

Eu não diria que o atual movimento feminino surgiu no Brasil no ano de 1975, como algumas vezes costuma dizer-se, atribuindo-se esse surgimento, implícita ou explicitamente, a uma espécie de milagre realizado pelo Ano Internacional da Mulher.

É natural que muitos pães e muitos peixes foram multiplicados no ano de 1975, mas em realidade os “milagres” são obra de determinadas condições e circunstâncias, e têm o seu tempo marcado por essas condições e essas circunstâncias. Mesmo o Ano Internacional da Mulher foi, por sua vez, o resultado da soma de muitos e muitos anos de sacrifícios e de lutas pelos direitos da mulher. Foi o amadurecimento do fruto dessas lutas, cujas sementes milhões de mãos plantaram nas terras das diversas sociedades, ao longo de suas existências e de seu desenvolvimento, o que se pode constatar pelas várias etapas esperadas e vencidas, tanto da sementeira, como da colheita nos diversos países.

Aliás, o Plano Mundial de Ação (ONU — México/1975) conclui que “a condição da mulher em diversos países e regiões do mundo apresenta diferenças importantes que têm a sua origem na estrutura política, econômica e social, no marco cultural e no nível do desenvolvimento de cada país e de acordo com a categoria social em um dado país”.

Fazendo esta citação de um documento da ONU, meu objetivo é mostrar que o conceito das condições e, portanto, da realidade, tem atualmente uma dimensão universal e não pode ser acimado de tendencioso do ponto de vista ideológico. Nessas

condições, o justo e o necessário seria chegar aos dias de hoje pelos caminhos de uma história abrangente, com todas as conotações, tendo em conta, fundamentalmente, a divisão social do trabalho. No entanto, considerando as dificuldades para chegar às fontes de informação, tenho que me limitar ao registro de alguns fatos e de alguns dados correspondentes a um determinado período. No futuro, certamente, será possível fazer não somente o registro de alguns dados e fatos, acompanhados de observações, mas uma verdadeira história do movimento feminino no Brasil, no contexto das condições sócio-econômicas e político-culturais.

Ninguém desconhece que o movimento feminino no Brasil teve um novo incremento, intensificou-se e ampliou-se em 1975, com o Ano Internacional da Mulher. Porém, esse movimento não pode ser considerado estaticamente, sem se estabelecer ligação com todas as atividades desenvolvidas nos anos passados.

Na história ou nas histórias não existem capítulos separados. O que há é um encadeamento de fatos, que geram, transformam e acrescentam ao desenvolvimento de um processo que possa existir — e certamente existe — em novos contextos, em novas épocas e como resultado de uma acumulação de fatos antigos aos quais se somam os novos, movidos por novos fatores e pela correlação de forças decorrentes dos mesmos. A história não se faz arbitrariamente, e os que fazem não escolhem as condições, as quais são dadas e herdadas do passado.

Partindo desse princípio, pensamos que volver cronologicamente ao ano de 1945 será, pelo menos, tomar como ponto de partida uma etapa viável em minha memória pessoal, buscando uma possível ligação, ao largo desse período, não através da comparação de um processo — o que seria antidialético —, mas em termos de uma comparação fatural, já que fundamentalmente as estruturas são as mesmas, o clima político ainda mais difícil, durante mais de uma década, embora as superestruturas, no que diz respeito à mentalidade de certas camadas sociais, tenham tido alguns avanços devido a uma maior participação relativa de mulheres na produção social e a uma nova correlação de forças no mundo em que vivemos.

Eram os anos de 1945 e 1946

Era o quase fim e o fim de uma ditadura. Eram os anos de uma campanha por anistia aos presos e perseguidos políticos e o ano da concessão dessa anistia. Eram os anos de uma campanha pela convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte e o ano dessa Constituinte. Eram os anos em que as ruas abriram suas bocas, depois de tantos anos silenciados pela repressão. Eram os anos em que os muros aprenderam a escrever. Mas assim mesmo antes desses anos, dezenas de mulheres nas vésperas e antevésperas deles tinham feito ouvir suas vozes nos cárceres e nos tribunais, e seria interessante, um dia, registrar essas vozes, que fazem parte do acervo do movimento feminino em nosso país. Nessa ocasião seria também historicamente interessante pesquisar a participação das mulheres nas greves de 1917, 1919 e anos posteriores, por exemplo através da vida de Rosa Bittencourt, operária têxtil que carregava a filha pequena nos ombros, nas frias madrugadas de Petrópolis, para lançar panfletos nos quartéis, apelando aos soldados para não atirarem nos trabalhadores.

Foi a partir de 1945 que as mulheres participaram dos Comitês Democráticos e que formaram também paralelamente os Comitês Femininos e outros grupos e organizações. Os nomes variavam muito, de Estado a Estado, de cidade a cidade e até de bairro a bairro. No Rio de Janeiro, muitas vinham da Liga de Defesa Nacional, algumas foram candidatas a deputado e a vereador, entre elas Arcelina Mochel, que seria, anos mais tarde, Secretária-Geral da Federação de Mulheres do Brasil.

Muitas críticas são feitas àquele movimento. No entanto, ele não pode ser considerado à margem do movimento popular da época, que, aliás, alcançou imensas proporções. Seria necessário estudar esse movimento em geral, dos trabalhadores, dos profissionais, dos estudantes, dos funcionários públicos etc., se se deseja situar e criticar o movimento feminino — se é isso que se pretende — não isoladamente mas como parte integrante do mesmo.

Se no Rio de Janeiro, naqueles primeiros tempos, houve a ilusão de, com a distribuição de gêneros alimentícios mais baratos, através das organizações femininas de bairros, responder à

carestia de vida, deveu-se à falta de conhecimento dos mecanismos dos preços, à inexperiência. Esse período, no entanto, durou pouco. Em outros Estados, os caminhos não foram os mesmos. Na Bahia, por exemplo, o Comitê Democrático de Mulheres, que também lutava contra a carestia, centrou suas atividades na defesa dos lares de centenas de famílias despejadas nos bairros pobres de Salvador. Lembro-me que a luta das famílias que viviam na favela do Corta Braço foi contada, em um livro, pelo jornalista Ariovaldo Matos.

Não pretendo, nesta breve memória, fazer a defesa dos métodos empregados, mas chamar a atenção para a situação e para a época em que essas organizações foram formadas, para o nível das massas e, particularmente, das massas femininas, para o difícil acesso aos meios de informação — estes também precários —, para a falta de um programa correspondente às necessidades concretas e para o contexto social em que se deram as lutas, naqueles primeiros anos de liberdades democráticas, conquistadas tão duramente.

Nos termos de uma comparação factual, vamos encontrar hoje no Movimento do Custo de Vida, um tipo de organização de cooperativas de consumo (compra de gêneros em grosso por diversas famílias) em bairros da periferia de São Paulo, em uma tentativa de diminuir o peso da carestia. Mas sobre esse assunto falaremos mais adiante.

Em um artigo publicado em fins de 1947, no jornal *Momento Feminino*, a dra. Arcelina Mochel, vereadora da cidade do Rio de Janeiro, referia-se à existência de 43 Uniões Femininas de bairros, somente naquela cidade, que lutavam contra a carestia e a especulação e pelos direitos da mulher.

Naquela época, foi criado o Instituto Feminino do Serviço Construtivo, que lutava contra o projeto de Lei de Segurança, que pretendia suprimir todas as liberdades democráticas. E, na atualidade, quando as organizações femininas lutam também pelas liberdades democráticas, vem-nos à memória o fecho daquele artigo: “A grande crise que nós atravessamos e os últimos acontecimentos políticos abriram os olhos das mulheres e elas participam, cada vez em maior número, em nossa luta.”

Passados os primeiros anos, o movimento feminino tomou outros rumos, adquiriu novas características, avançou, ampliou-

se, cometeu erros, estruturou-se em âmbito nacional e sobreviveu, apesar dos erros, das dificuldades e dos obstáculos.

Tentarei relembrar algumas atividades, sem possibilidades, no entanto, de aprofundar as críticas, mas quero deixar bem claro que o movimento existiu, que ele jogou um papel, que, a partir de 1945, uma lista numerosa de comitês femininos, de ligas, de associações etc., serviram de instrumento à mobilização das mulheres em todos os Estados, com programas e atividades as mais variadas.

A importância do movimento feminino, na década de 50, pode deduzir-se de um resumo feito, por uma delegada brasileira ao Congresso Mundial de Mães, em Lausanne, Suíça, celebrado em julho de 1955, e que consta dos anais daquele Congresso, compilados pela professora de sociologia, Misa Bergamaschi, da Itália: “As trabalhadoras brasileiras se organizam em seções femininas no seio dos Sindicatos e em comissões reivindicativas; as camponesas nos Sindicatos e nas associações de trabalhadores agrícolas; as donas de casa se agrupam em associações de bairro, e mulheres de todos os setores sociais estão nas comissões de mães em defesa da infância, nas comissões contra a carestia, nos Conselhos de Paz. As mulheres dos diversos setores profissionais, inclusive professores, começam a organizar-se em comissões específicas.”

Esse movimento feminino teve também o mérito de não ignorar que anteriormente tinham surgido organizações femininas, como a Federação Feminina pelo Progresso da Mulher, fundada em 1920. Apesar de seu estancamento, com a obtenção do direito do voto em 1932, foi respeitada a sua existência histórica, e a dra. Bertha Lutz, sua presidente, participou de vários atos, assembleias, mesas-redondas etc., organizados após 1945 sobre vários assuntos, em diversas oportunidades.

Não seria justo não me referir a outras organizações, cujo surgimento não estava marginado do processo político de então, as quais, porém, mesmo que incluíssem em seus programas reivindicações justas e sentidas, não conseguiram mobilizar e nem mesmo atingir a sensibilidade das massas femininas. Somente a Associação das Donas de Casa mereceu uma certa audiência, embora muito limitada, e sua existência não foi de grande duração. Em 1947, foram registrados os estatutos do Conselho Nacio-

nal de Mulheres, uma organização não governamental, com a finalidade de, segundo seus estatutos, "investigar, discutir e defender a condição da mulher, abrindo possibilidades concretas para sua participação como ser humano integral no processo de desenvolvimento do país".

Unificação orgânica

Em maio de 1949, houve a unificação orgânica do movimento feminino em todo o país, através da realização de um congresso nacional, que decidiu fundar a Federação de Mulheres do Brasil, com a finalidade de "coordenar e unificar a ação das mulheres brasileiras na defesa de seus direitos, dos da criança, da juventude, por um futuro melhor para os seus". Do congresso participaram delegadas de todos os pontos do país, e organizações de 11 dos principais Estados se filiaram à FMB. Nos anos que se seguiram, outras organizações se juntaram à entidade máxima.

A primeira presidente da FMB foi dona Alice Tibiriçá, então presidente do Comitê de Coordenação das Organizações Femininas Brasileiras, criada com o fim justamente de contribuir para a unificação orgânica do movimento, preocupação que estava sempre presente nas discussões das várias organizações femininas. O Comitê, promotor do congresso, surgiu em 1947 tendo como programa de ação: defesa dos direitos da mulher, proteção da mãe e da criança, luta contra a carestia de vida, pelo desenvolvimento do ensino e pela proteção da saúde pública.

Da ampliação dessas atividades, em âmbito nacional, é testemunha o Conselho Nacional da FMB, realizado em 1950, ao qual assistiram mais de 100 delegadas de todos os Estados, eleitas no curso de grandes assembléias que mobilizaram mulheres de todas as camadas sociais, muitas delas não pertencendo a nenhuma organização. Outras Assembléias Nacionais e Conselhos seriam realizados em outubro de 1953, em Porto Alegre; em dezembro de 1954, em São Paulo etc. Em 1955, reunia-se em São Paulo, no Parque Ibirapuera, o Conselho de Representantes da FMB, que reafirmava seu apoio à Declaração dos Direitos da Mulher, aprovada em Copenhague (carta de liberação da mu-

lher), assim como às resoluções tomadas no Rio de Janeiro, pela Conferência Latino-americana de Mulheres. Já se falava em libertação da mulher e já se lutava por ela.

Uma das preocupações da FMB era ir além das discussões dos problemas sociais e da questão feminina como parte integrante desses problemas, buscando preparar suas aderentes para que pudessem transformar essas discussões em atividades concretas a favor da solução dos mesmos e para que se capacitassem para levar essas mensagens às demais mulheres. Nesse sentido, organizou-se de 18 de janeiro a 11 de fevereiro de 1955, um Primeiro Curso de Monitoras, dirigida pela sra. Branca Fialho, naquela ocasião presidente da FMB. O curso tinha o seguinte teor: "Participação da mulher brasileira nos movimentos patrióticos e democráticos (desde as lutas pela Independência); importância da participação da mulher nas atuais campanhas democráticas; a FMB e as suas realizações em defesa da paz, da infância, dos direitos da mulher; organização em geral da população feminina, das trabalhadoras e camponesas; plano de campanhas, importância do trabalho de propaganda; unidade com as mulheres latino-americanas."

Em 1957, foram organizados novos cursos para dirigentes de organizações femininas, nos planos estadual e local. Esses cursos que, em 1956, já haviam sido ministrados em São Paulo, no Rio Grande do Sul e no Ceará, completavam a resolução tomada pelo Conselho da organização, em 1955: "... Levar a cabo uma grande campanha contra o analfabetismo entre as mulheres, instalando cursos em todas as associações femininas; reclamar dos poderes públicos o funcionamento dos cursos noturnos para adultos, em todas as escolas, assim como a abertura delas em todas as localidades onde existam concentrações femininas, em particular de trabalhadoras."

Em maio de 1958, sem razões válidas, nem jurídicas nem políticas, o Governo de Juscelino Kubitschek interditava o funcionamento da FMB. E a não validade dessas razões prevaleceu, tanto que a organização recuperou o seu registro civil, decorridos seis meses do ato ilegal de clausura. Durante esses seis meses, houve uma grande campanha pela anulação da medida, da qual participaram outras organizações, como a Associação das Mulheres Cristãs e a União de Mulheres Universitárias.

Outros aspectos e outras atividades

O movimento feminino, no período 1945/1964, embora tivesse buscado, em termos de cooperação e mesmo de estrutura orgânica, como foi o caso da fundação da FMB, uma unidade nacional, conservou sempre suas características locais, no sentido da aplicação de programas de atividades. Enquanto no Ceará chegou a criar um lactário, no Espírito Santo o trabalho tinha como centro a denúncia do conteúdo nocivo das revistas em quadrinhos para crianças.

Em 1954, o movimento feminino contra a carestia tomou uma nova dimensão. A FMB organizou no Rio de Janeiro uma Comissão Feminina contra o custo de vida, que estava constituída pela própria Federação, pela Associação das Donas de Casa e pela Associação das Senhoras de Santa Teresa. Essa Comissão batalhava pela manutenção dos preços ao nível de junho de 1953. Em junho de 1954, houve uma grande assembléia de mulheres, com a participação da direção do Sindicato dos Açougueiros, que denunciaram o caráter antinacional da subida do preço da carne, decretada pelo Governo, e que só beneficiaria as empresas estrangeiras. Esta batalha foi ganha: o decreto foi retirado.

Uma nova "Comissão contra a alta do custo de vida" foi formada no Distrito Federal, por ocasião de uma assembléia, composta, conforme a sra. Branca Fialho, de "mulheres que possivelmente jamais tinham se encontrado e que tudo indicava o quanto eram diferentes — condição social, instrução e idéias — mas que estavam reunidas e que decidiram lutar juntas contra o aumento do custo de vida". Várias atividades foram realizadas por essa Comissão: campanhas de assinaturas e entrega no palácio do Governo; debates com outras organizações e especialmente os Sindicatos sobre as causas do aumento do custo de vida; reuniões em vários locais, inclusive na Câmara Municipal. Essa campanha estendeu-se por todo o país.

A partir de maio de 1958, o núcleo do Estado do Rio realizou um grande trabalho no domínio da Assistência Social: cursos de trabalhos manuais com a participação de 300 mulheres, instalação de um serviço de assistência, curso de puericultura etc. As atividades se desenvolveram tão positivamente que a Secretaria de Educação do Estado passou a subvencionar três cursos

de alfabetização, através do financiamento de material escolar e de professores.

Uma grande campanha pela instalação de escolas começou em 1958, em alguns Estados e Municípios. Como resultado da campanha foi, por exemplo, instalada em Manaus (AM) uma escola com capacidade para 100 crianças; em Uberaba (MG) para 400; e outras em Areia Branca (PB). No Rio de Janeiro, as atividades dos grupos e das organizações femininas locais foram pela aplicação efetiva da Lei n.º 649, que previa a construção de escolas em quase todos os quarteirões da cidade. Em São Paulo, no Paraná e no Rio de Janeiro se multiplicavam as ações em defesa dos direitos da infância, inclusive no último dos Estados mencionados foram realizadas ações conjuntamente com o Instituto Nacional da Infância. Pela primeira vez, no Brasil, foi comemorado o Dia Internacional da Infância.

Em Goiás, Pernambuco e Estado do Rio, foi realizado um trabalho permanente com as mulheres camponesas.

Essa sensibilidade face aos problemas e às condições regionais houve também com referência à organização. Assim, quando da interdição da FMB, existia a Associação Feminina do Estado da Guanabara, que congregou os grupos remanescentes dos Comitês e Ligas Femininas. Esta organização sobreviveu até 1959, quando, durante os trabalhos de preparação da Conferência de Mulheres da América Latina sobre a defesa dos direitos da mulher, da independência nacional, das liberdades democráticas e dos direitos humanos, realizada no Chile, no mesmo ano, foi sentida a necessidade de criar uma nova organização mais ampla, que pudesse satisfazer às novas e diversas correntes de opinião e aos diversos setores sociais que tinham participado da preparação daquela Conferência.

Surgiu então a Liga Feminina do Estado da Guanabara, que jogou importante papel na mobilização e organização das massas femininas, com repercussão em todo o país, através principalmente das grandes campanhas contra a carestia de vida. Foi talvez, em termos de massa, a única organização feminina que ligou o custo de vida à política de extorsão dos monopólios internacionais, como no caso do leite e da carne, indo à Brasília com abaixo-assinados e memoriais, fazendo comícios, intervindo nas reuniões da COFAP (hoje SUNAB), tal como faz hoje o Movi-

mento do Custo de Vida. Em 1961, a Liga lançou uma "Ação a favor da baixa de preços", movimento que começou no Rio e se estendeu a São Paulo, Belo Horizonte, Brasília e outras grandes cidades, tendo sido recolhidas milhares e milhares de assinaturas.

A Liga Feminina do Estado da Guanabara trabalhou estreitamente com os Sindicatos não somente na luta contra a carestia, mas em defesa dos direitos das trabalhadoras, inclusive fazendo palestras sobre esses direitos, apoiando suas lutas reivindicatórias etc. Da diretoria da Liga faziam parte mulheres trabalhadoras, especialmente metalúrgicas e têxteis. Deu também um grande apoio à campanha pela instalação de creches nos bairros, o que era uma inovação naquela época, considerando a Consolidação das Leis Trabalhistas, que "obrigava" a instalação de creches nas empresas com mais de 30 trabalhadoras, o que não foi posto em prática ou que o foi muito precariamente, acrescentando-se ainda a falta de transporte especial para as crianças, não previsto na CLT. Um grande trabalho cultural e por melhores condições de vida foi desenvolvido nas favelas, também com a colaboração de uma organização de assistentes sociais. A Liga participou da campanha de alfabetização do Ministério da Educação. A existência e atividades dessa Liga merecem um capítulo importante na história do movimento feminino que um dia será contada, assim como as da Associação das Donas de Casa do Paraná, da Federação das Mulheres de São Paulo, assim como das do Rio Grande do Sul e de Pernambuco, das organizações femininas de Goiás e de Anápolis, de tantas outras em todo o país.

E por falar na capacidade que teve o movimento feminino daquela época de buscar as formas de organização correspondente e possível em cada oportunidade, em momentos difíceis da vida nacional, sob pressões e repressões de todo tipo, desejo mencionar a Comissão Feminina de Intercâmbio e Amizade, que serviu de ponte, nos anos anteriores a 1964, com organizações latino-americanas e internacionais. A sua criação foi uma exigência do próprio movimento que, desde o seu início, não se encerrou nas fronteiras do país. Além da solidariedade constante com o povo e as mulheres da Grécia, da Espanha, Portugal, da Ar-

gentina, do Paraguai, da Guatemala, realizou, em dias muito difíceis, em agosto de 1954, uma Conferência sobre os Direitos da Mulher na América Latina, com a participação de vários países do Continente.

Os direitos da mulher

Outra questão que esteve no centro das preocupações do movimento feminino foi a dos direitos da mulher. E uma das atividades foi a luta pela reforma do Código Civil, para anulação de todos os artigos discriminatórios com referência à mulher casada. Tanto a FMB como a Associação Feminina do Estado da Guanabara, e mais tarde a Liga, trabalharam conjuntamente com a União de Mulheres Universitárias, tanto na redação de textos, como na realização de mesas-redondas e debates, com a participação de deputados, senadores, juristas etc.

O movimento feminino tinha surgido em um período de lutas pelas liberdades democráticas e delas se preocupava e por elas lutava, tal como hoje consta dos programas das novas organizações femininas. Mas, além disso, outros fatos concretos, interessando a opinião pública nacional, marcaram suas atividades. Eram os tempos das grandes campanhas a favor de "O Petróleo é Nosso". E quem poderia ser indiferente às nacionalizações das riquezas nacionais? Por acaso, mulheres que amavam seus filhos, seu país, e, portanto, ciosas do futuro das novas gerações? Não creio que uma organização feminina de caráter democrático pudesse alhear-se de problemas tão transcendentos como os que diziam respeito à emancipação nacional. O Centro de Estudos e Defesa do Petróleo e a Liga de Emancipação Nacional recebiam o apoio de todos os patriotas civis e militares, vindos de todos os setores sociais. Em fevereiro de 1950, era anunciada a possibilidade da entrega do petróleo brasileiro aos monopólios norte-americanos. A FMB organizou, com apoio das mais diversas associações e grupos femininos, uma jornada nacional de protesto. Foram distribuídos milhares e milhares de mensagens e cartazes por todo o país, em apoio ao Centro. A jornada culminou com uma grande manifestação pública, no dia 8 de março, na Câmara Federal. Dona Alice Tibiriçá, a figura

feminina mais proeminente da luta pela emancipação nacional, era então presidente da FMB. Foi tal a repercussão da campanha que as comemorações do 8 de março foram proibidas em São Paulo, onde centenas de mulheres protestavam nas ruas contra a intervenção estrangeira na economia nacional. No Ceará, centenas de mulheres circulavam, nas ruas de Fortaleza, distribuindo convites, sob aclamação popular, para um ato que se realizaria, à noite, no Dia Internacional da Mulher. Anteriormente, de 12 a 18 de julho de 1948, em uma exposição sobre o mesmo problema, era apresentado um grande mapa do Brasil, no qual eram mostradas as riquezas nacionais, com uma inscrição: "As mulheres brasileiras lutam para que as riquezas do país pertençam ao povo".

Em 1950, começava, em escala nacional, uma campanha contra a ida de soldados brasileiros para a guerra da Coréia. Campanha que era feita de casa em casa, que se expressava em resoluções de dezenas de assembléias por todo o país: "Devemos fazer sentir ao povo que é melhor lutar, no interior do país, contra o mercado negro e a miséria do que morrer em uma guerra que não interessa ao povo brasileiro". A frase "Soldados, nossos filhos não irão para a Coréia" era repetida por Elisa Branco, em São Paulo, diante de uma parada militar, por cujo gesto foi condenada a três anos de prisão.

Naquele período, muitas mulheres deram sua vida, sua liberdade, seu tempo — como no passado as heroínas das lutas pela Independência — pela paz, pelas liberdades democráticas, pelos seus direitos e pelos direitos de seus filhos a uma vida melhor. Em 1950, Angelina Gonçalves era assassinada em uma manifestação de 1.º de maio no Rio Grande do Sul. Em 1952, Zélia Magalhães foi assassinada em um comício contra a Lei de Segurança, no Rio de Janeiro.

Mesmo citando somente alguns fatos, alguns dados e algumas campanhas que marcaram o movimento feminino naqueles quase 20 anos, o que desejo não é considerá-los como um modelo, nem exaltá-los e nem isentá-los dos erros que foram cometidos, mas mostrar que contribuíram para mover a roda da história, que, hoje em dia, continua a ser feita, sofrida e vivida por essas corajosas mulheres que, em 1975, realizaram um Seminário de tanta importância na ABI, no Rio de Janeiro, que

organizaram o Movimento Feminino pela Anistia, que estão à frente de tantas organizações, revistas e jornais.

O MF e as trabalhadoras

Apesar da referência já feita à cooperação das diversas organizações femininas com os Sindicatos, desejo fazer uma referência especial à realização da Conferência Nacional de Trabalhadores, de 18 a 20 de maio de 1956, fruto de um trabalho preparatório de várias organizações femininas. Estas participaram de uma Comissão Diretora, que foi eleita, no que toca às trabalhadoras, em assembléias sindicais. A diretora de honra da Conferência foi Dona Branca Fialho, então presidente da FMB. Lendo o informe central da mesma, deparamo-nos com as mesmas denúncias sobre a discriminação às mulheres trabalhadoras, e, conseqüentemente, as mesmas proposições, em princípio, contidas nos materiais do Congresso das Trabalhadoras Metalúrgicas, realizado não faz muito em São Paulo. As delegadas, que representavam 71 organizações, reivindicavam creches, extensão dos direitos trabalhistas às trabalhadoras do campo, organização de associações profissionais, campanha para sindicalização das trabalhadoras, participação das trabalhadoras nas direções dos sindicatos, eliminação de todas as discriminações etc. Essas reivindicações correspondiam ao temário da Conferência: aplicação efetiva das normas que beneficiam as trabalhadoras; extensão dessas normas às trabalhadoras do campo; elaboração de novas leis de proteção às trabalhadoras (vide anexo II).

Em 1963, realizou-se em São Paulo um Encontro Nacional da Mulher Trabalhadora, e o ponto que se referia a "trabalho igual, salário igual" foi o que mais suscitou discussões. Do temário constavam, entre outras, as seguintes questões: aplicação efetiva das leis sociais e trabalhistas em defesa da mulher; cumprimento da lei de proteção aos filhos da mulher que trabalha e o papel da mulher na sociedade e nas lutas sindicais. Essas questões foram amplamente discutidas por delegadas vindas de todo o país — têxteis, metalúrgicas, químicas, gráficas, trabalhadoras de carnes, derivados e laticínios etc. — especialmente de São Paulo (da capital, de Santo André, de Jundiaí, de Campinas etc.).

Para o sucesso alcançado contribuiu grandemente a amplitude do Congresso, conseguida com a participação da Juventude Operária Católica, de camponesas, de professoras, de escriturárias, de organizações femininas etc. Entre as resoluções aprovadas, as mais destacadas diziam respeito às condições de trabalho da mulher, inclusive das empregadas domésticas e das menores, exigindo “a fiscalização real e efetiva feita com a participação dos órgãos sindicais, das leis trabalhistas e da previdência social que garantem a proteção da mulher e do menor”.

Voltando a anos anteriores, lembro a participação de mulheres de trabalhadores em todas as campanhas e greves realizadas naquele período e que considero um patrimônio histórico do movimento feminino. Por exemplo, a grande manifestação das mulheres dos ferroviários em São Paulo, em setembro de 1949. Tratava-se da demanda de pagamento de três meses de salários atrasados de seus maridos e do abastecimento da cooperativa, que não recebia os artigos destinados ao consumo dos trabalhadores. Uma das ações foi a de deitar-se sobre os trilhos, para impedir a passagem dos trens. Em Cruzeiro e Barra Mansa, acompanhadas pelos filhos, as mulheres também se deitaram nos trilhos. A greve durou 15 dias.

Em 1952, esposas de ferroviários de Belo Horizonte e Divinópolis repetiram, em Minas, o mesmo gesto, apoiando as reivindicações de seus maridos: pagamento regular dos salários e aumento do abono para compensar a alta constante do custo de vida.

A imprensa feminina

Um dos porta-vozes específicos desse movimento foi o jornal *Momento Feminino*, que circulou até o ano de 1956. Foi, sem dúvida, a grande testemunha do início e da continuação desse movimento, durante muitos anos. Em muitas de suas páginas está registrada a história de dezenas de mulheres, através das organizações que fundaram e que animaram: trabalhadoras, camponesas, intelectuais, donas de casa etc. Por exemplo, a seguinte crônica, publicada na edição 117, do Ano IX (1956): “Aqui também [referia-se ao Brasil] nós festejamos o Dia Inter-

nacional da Mulher. Teremos também nossa festa e nossas homenagens. E em todos os bairros, lugarejos e cidades onde há uma União ou Associação Feminina, as mulheres terão a sua festa. Em outros locais, novas Uniões serão formadas. Sempre que um grupo de mulheres se reúnem para lutar por algo — ali nascerá uma organização. Amiga, ‘Momento Feminino’ saúda a mulher no dia 8 de março! Este é o nosso dia!”

A edição de *Momento Feminino*, de janeiro de 1956, informou sobre o Conselho de Representantes da Federação, com a presença de delegadas de vários Estados, de departamentos femininos de Sindicatos, de outras organizações femininas e de muitas personalidades. Somente no Rio de Janeiro, escrevia, foram realizadas 38 assembléias festivas, atingindo cinco mil pessoas, em preparação à Assembléia Nacional de Mães; e tantas outras atividades nos demais Estados — mulheres de Corumbá, Cuiabá, Aquidauana, Dourados, Poxoréu e outros Municípios, em uma convenção no Estado de Mato Grosso.

A guisa de conclusão

Na verdade, não se trata aqui de concluir a memória daqueles anos. Esta memória deve continuar através de novos relatos, do registro de outros fatos, de outros dados, de outras observações.

Talvez chame a atenção a ausência de questões, hoje tão discutidas, como a repressão sexual, a planificação familiar, o aborto etc., questões que decorrem da questão social e como consequência dela, e não isoladamente, como se cada uma dessas questões fosse uma causa em si mesma, limitada no tempo e no espaço.

Hegel dizia que o homem é o seu tempo. Aqueles eram outros tempos. E como a história não se conta quando a estamos fazendo, é preciso compreender o tempo que correspondeu àquelas mulheres viverem e lutarem, que correspondeu àquelas mulheres fazerem um pedaço da história do movimento feminino no Brasil, sem a ilusão de milagres, mas com a realidade das condições que então eram dadas.

(Fevereiro de 1979)

ANEXO II

Documentos da Conferência Nacional de Trabalhadoras, realizada no Rio de Janeiro, de 18 a 20 de maio de 1956

TEMÁRIO

1. Direitos e reivindicações das trabalhadoras das cidades e dos campos
 - a) aplicação efetiva das normas da Constituição Federal e da Consolidação das Leis do Trabalho, que beneficiam as trabalhadoras;
 - b) extensão, às trabalhadoras do campo e a domicílio, dos direitos assegurados às trabalhadoras das cidades;
 - c) elaboração de novas leis de proteção às trabalhadoras.
2. Participação efetiva das trabalhadoras na vida e na atividades de suas respectivas organizações
 - a) sindicalização; organização nas respectivas associações;
 - b) participação nas direções das organizações de trabalhadores de todos os graus.

Excertos do informe sobre o primeiro ponto da Ordem do Dia

.....

A presente Conferência é fruto de um trabalho preparatório de mais de 6 meses, onde as trabalhadoras, em pequenos encontros e em grandes assembléias, expuseram as suas reivindicações e expressaram sua decisão de exigir o cumprimento dos direitos já conquistados e de lutarem unidas e organizadas pela conquista de novas reivindicações.

O apelo lançado pelo Comitê Preparatório da Conferência Mundial de Trabalhadoras, por iniciativa da Federação Sindical Mundial, que congrega mais de 80 milhões de trabalhadores, foi apoiado pelas centrais sindicais mais importantes de todo o mundo, pela Federação Democrática Internacional de Mulheres, e obteve no Brasil a mais ampla repercussão.

Centenas de organizações sindicais de nosso país apoiaram esta realização, que contou, desde o início, com a colaboração de destacadas personalidades: parlamentares, diretoras de associações femininas, profissionais dos mais diferentes ramos etc.

No Ceará, na Bahia, em Minas Gerais, em São Paulo, no Rio Grande do Sul, no Estado do Rio e na Paraíba, por exemplo, as trabalhadoras, depois de uma preparação, de fábrica em fábrica, ou de fazenda em fazenda, realizaram importantes reuniões estaduais.

O trabalho preparatório não se limitou, apenas, às capitais. Um belo exemplo de unidade nos foi dado pelas trabalhadoras de Piracicaba. Camponesas que não recebem salário, que vêem seus filhos privados de irem à escola, que depois de 12 horas de trabalho não têm direito a dar um passeio, estiveram juntas com operárias e professoras, que também almejam a melhoria do salário e de suas condições de trabalho, para juntas tomarem resoluções que beneficiassem a todas.

.....

Em nosso país, as trabalhadoras têm, ao lado das reivindicações que são comuns a todos os trabalhadores, aspirações próprias, e estas necessitam não só serem conhecidas mas também conquistadas. Por outro lado, as trabalhadoras têm participado, nos últimos tempos, cada vez mais ativamente das lutas gerais dos trabalhadores. A realização desta Conferência representa o primeiro e importante passo no sentido de desenvolver a luta unitária das trabalhadoras pela conquista de suas justas reivindicações e de dar um impulso na organização das mulheres trabalhadoras em seus sindicatos e em suas organizações profissionais.

Ombro a ombro com os homens, em todos os setores da vida pública, nas fábricas, nas oficinas e nos campos, no magis-

tério, na ciência, nas artes e no comércio, a mulher vem se incorporando, cada vez em maior número, ao trabalho produtivo.

São 18 milhões e 470 mil mulheres que trabalham. Somos mais de 400 mil na indústria, cerca de 100 mil no comércio, mais de 200 mil em atividades sociais, cerca de 1 milhão trabalhando na agricultura, contribuindo assim com nossa energia criadora, com nossa força de trabalho, para o progresso da sociedade brasileira. A este contingente vem somar-se milhões de mulheres, donas de casa e mães de família, que realizam um trabalho socialmente útil mas sem qualquer remuneração.

.....

Graças à força unida dos trabalhadores já obtivemos importantes conquistas. A Constituição brasileira não estabelece diferença entre o trabalho do homem e da mulher. A Consolidação das Leis do Trabalho dedica quase todo um capítulo à proteção ao trabalho da mulher, e no terreno da assistência social já contamos com alguns benefícios.

Estes direitos inscritos em lei geralmente não são respeitados. O princípio de "salário igual para trabalho igual" representa uma importante conquista dos trabalhadores. Em várias empresas dos grandes centros este princípio, graças à unidade dos trabalhadores, já é observado. Mas os patrões buscam os meios de burlar a lei e pagar menos à mulher, partindo da realização de um trabalho sutil de propaganda, onde a mão-de-obra feminina aparece como um trabalho complementar, quando sabemos que, tanto quanto o homem, a mulher tem direito ao trabalho, que é grande o número de mulheres que são chefes de família e que o aumento constante do custo da vida impõe a necessidade do trabalho da mulher. Na Colchoaria Teks, em São Paulo, os patrões deram, no fim de 1955, aumento a todos os homens e o negaram às mulheres, alegando que estas não sustentavam família e que as casadas tinham marido para ajudar.

Surge, também, a tendência a se desenvolver o trabalho especializado onde só trabalham mulheres. São as tecelãs, telefonistas, professoras primárias, empregadas de escritório, comerciárias etc., que recebem sempre um salário inferior ao do

homem. Para os postos de chefia, onde os salários são mais elevados, diminui a preferência pelo trabalho da mulher. É ínfimo o número de mulheres nos postos de direção das empresas privadas ou públicas.

Entre a classe operária são usadas as mais diferentes formas para reduzir o salário da mão-de-obra feminina. Na indústria têxtil, que emprega 59% de mulheres, os salários são os mais baixos de toda a indústria.

Em Divinópolis, MG, por exemplo, as tecelãs percebem metade do salário-mínimo e são obrigadas a assinar recibo como se recebessem salário integral. Na Metalúrgica Diva, SP, pagava-se aos homens 8 mil cruzeiros pela montagem de um lustre, e 4 mil cruzeiros às mulheres.

As perseguições, os descontos e as multas são outras formas adotadas visando à diminuição dos salários das trabalhadoras. Defeitos no tecido provocados por máquinas velhas e sobretudo pela matéria-prima de péssima qualidade, são descontados no salário da operária, que, muitas vezes, chega a perder a produção de um dia inteiro de trabalho. São feitas medições e pesagens não exatas (...)

Na luta contra a assiduidade tiveram as mulheres uma destacada participação. A união e organização dos trabalhadores permitiu que se obtivesse uma importante conquista: para a questão do aumento de salário não vigora mais a lei da assiduidade integral. Mas persiste a absurda exigência de assiduidade. Absurda porque na maioria das vezes a operária mora distante do local de trabalho e ao sair de casa tem que preparar o seu almoço, do marido e dos filhos, arrumar a casa e deixar tudo providenciado. Além disso tem que enfrentar o pior transporte possível, trens superlotados que atrasam normalmente, bondes, ônibus e lotações que embora pesando muito no orçamento da família trabalhadora nem por isso oferecem melhores condições. As faltas não são admitidas. Pode o filho estar doente, pode ela mesmo sentir-se mal, mas se não comparecer ao trabalho perde o dia e ainda o pagamento do domingo.

À mulher operária nega-se o direito de exercer o seu mais belo dever: ser mãe. Existe a tendência generalizada a não se admitir mulheres casadas ou despedi-las aos primeiros sinais de gravidez, isto apesar das leis que asseguram à mulher trabalha-

dora o direito de ser mãe e à assistência à maternidade. As fábricas metalúrgicas do Distrito Federal e da capital paulista, de um modo geral, não admitem mulheres casadas. Em importantes empresas de São Paulo, como a SAMS, Prado, Piratininga, Chapéus Prada e Swift, as operárias começam a ser perseguidas desde que ficam noivas.

Uma das formas mais sérias de exploração do trabalho da mulher é o trabalho por tarefa. São as chamadas "acordistas". Exige-se uma determinada produção, o que obriga as operárias a trabalharem durante 10 horas ininterruptas, sem tempo sequer para a alimentação. As operárias são obrigadas a comer com os teares trabalhando e não podem muitas vezes satisfazer suas necessidades mais imediatas.

.....

A este quadro poderíamos acrescentar uma série de fatos que contribuem para que o trabalho da mulher se torne mais difícil e penoso: a insalubridade nos curtumes, as emanações de gases na indústria, a falta de vestiários, refeitórios e restaurantes, de creches e casas maternais para seus filhos, a falta de assistência médica, de hospitais, postos de puericultura, mulheres que carregam pesos além de suas forças ou que realizam o trabalho noturno.

A exigência de uma maior produtividade significa maior desgaste, envelhecimento precoce e diminuição do tempo de vida. A média de vida da mulher trabalhadora no Brasil é de 38 anos. Enquanto isto, aumentam os lucros das empresas industriais que representam 25% da renda nacional (...)

Eis como vivem as operárias brasileiras, essa força nova da sociedade, que cresce dia a dia, que contribui com sua energia criadora para o progresso de nosso Brasil, mas que se vê privada de todas as coisas boas e belas que nos trazem alegria ao coração. Ir a um cinema ou a um teatro, comprar um vestido novo ou um brinquedo para o filho são prazeres mínimos, mas que, de um modo geral, as operárias desconhecem.

Deixemos um pouco a cidade. Encaminhem-nos para os vastos campos de nossa terra. Visitemos os milhões de camponesas que vivem em casebres, que trabalham de sol a sol, que

não têm direitos, que sofrem por eles, pelos filhos e pela vida. No Nordeste, vamos encontrá-la nos canaviais e nas plantações de algodão; no Centro, trabalhando nos milharais; no Centro-Sul, contribuindo para a nossa grande riqueza que é o café, o algodão, o arroz, a cana-de-açúcar.

De mais de 2 milhões e meio de trabalhadoras da lavoura somente cerca de 700 mil recebem salários. E a primeira aspiração da camponesa é ter direito a um salário.

A maioria das camponesas trabalha em terras arrendadas ao lado do marido e no fim da colheita são obrigadas a dar metade da produção ao dono da terra. As assalariadas agrícolas recebem sempre metade do salário do homem. Se o salário é igual, os patrões buscam os meios de explorar mais o trabalho da mulher e colocam-na, por exemplo, a trabalhar no meio de dois homens para acompanhar o ritmo destes.

A camponesa não conhece o que é uma creche. Ao sair para o trabalho leva o filho consigo, coloca-o embaixo de uma árvore ou, quando já estão maiores, ficam presos em casa ou soltos pelas campinas. Na fazenda de café Santa Rosa, em São Paulo, uma camponesa, ao largar o trabalho para amamentar o filho, foi suspensa por três dias.

Às camponesas faltam-lhes leis e direitos. A concessão às trabalhadoras agrícolas dos mesmos direitos reconhecidos às trabalhadoras industriais no que se refere ao pagamento de salário, à proteção ao trabalho e à proteção à mãe e à criança, é a grande aspiração de nossas irmãs do campo.

Mas, se o grande contingente de mulheres se concentra nas fábricas e no campo, inúmeras são as mulheres que exercem outras atividades e que são vítimas de discriminações.

Nos setores especializados da medicina, da justiça, nos bancos, a mulher só é admitida depois de lutas incessantes. Basta sabermos que existe em todo o Brasil apenas um juiz mulher, que nos serviços públicos o número de médicas e advogadas não atinge nem mesmo a 5%. No Banco do Brasil, nem mesmo admite o trabalho feminino.

Não é melhor a situação de 100.000 comerciárias em todo o Brasil. Também aqui vamos encontrar vários sistemas de reduzir os salários. Geralmente são admitidas menores, com salários baixos, que ganham apenas à base da comissão. Assinam o

recibo como se recebessem salário-mínimo, mas, se não vendem determinada quantidade de mercadorias, não ganham nem mesmo para pagar o sanduíche que usam como almoço. Mais mulheres do que homens são admitidas no comércio exatamente porque os patrões querem pagar menos.

A situação das enfermeiras não difere muito da das outras trabalhadoras. Trabalham horas seguidas, sem descanso, recebendo salários ínfimos. Aqui no Rio de Janeiro, a maioria das enfermeiras têm seu salário reduzido a 650 cruzeiros mensais, pois tudo lhes é descontado, desde a refeição até mesmo a cama, quando são obrigadas a dormir no hospital. Muitas trabalham unicamente à base da gorjeta. Acumulam dois empregos para ganhar um pouco mais e muitas são as que passam, por vezes, cinco noites seguidas dormindo 2 ou 3 horas.

Em situação semelhante trabalham as empregadas de hotéis, restaurantes e serviços de alojamento etc.

No Distrito Federal e na capital de São Paulo, onde a professora municipal já conquistou uma situação mais estável e tem certos direitos assegurados, tal como o da aposentadoria aos 25 anos de serviço com salário integral, ela é obrigada, por vezes, a dar aulas em lugares distantes, sem transporte, com falta de material didático para elaboração das aulas e em salas onde falta ar e luz suficientes. Em piores condições trabalham as professoras do interior, abnegadas criaturas que percorrem quilômetros a pé, dão aulas em péssimas condições e recebem um salário inferior ao de um operário. Também as professoras dos colégios particulares recebem um salário que mal chega para viver. Ganhando de 10 a 30 cruzeiros por aula, são obrigadas a trabalhar 10 horas por dia para poder ganhar o suficiente para o seu sustento. Isto exige um desgaste muito grande, despesas de condução e ainda uma verba especial para livros que atinge, hoje uma cifra enorme, já que não existe um só livro didático que custe menos de 40 cruzeiros.

Grande é o número de professoras que não possuem cadeira, isto quando existem no Brasil mais de 4 milhões de crianças em idade escolar mas sem escolas.

A este contingente de trabalhadoras vêm somar-se alguns milhares de mulheres que exercem as mais diferentes atividades em casas particulares. São as empregadas domésticas, lavadeiras,

costureiras, doceiras etc., cujo trabalho não é reconhecido e não gozam de nenhum dos benefícios das leis trabalhistas no que se refere à regulamentação.

Fato dos mais revoltantes é, sem dúvida, a exploração do trabalho das menores. Na idade em que deviam estar sentadas nos bancos escolares, freqüentando as bibliotecas e grêmios, participando de competições esportivas etc., a esmagadora maioria das 6 milhões de jovens entre 10 e 19 anos estão trabalhando.

Nas fábricas recebem, por um trabalho igual, 50% do salário de adulto. Surge a tendência generalizada nas empresas a se demitir as mulheres e admitir moças menores.

Um exemplo gritante é o das jovens telefonistas do Distrito Federal, que recebem metade do salário-mínimo, trabalham 12 horas por dia em horários partidos e têm, apenas, descansos quinzinais.

As mulheres trabalhadoras, além dos baixos salários e das difíceis condições de trabalho, têm que enfrentar o problema angustiante da carestia da vida.

Dia a dia aumentam os preços e não se pode dizer hoje o quanto custa o quilo de feijão, porque amanhã será outro. O leite de 7 a 8 cruzeiros o litro, a carne, de 40 a 60 cruzeiros o quilo, o feijão, de 15 a 25, a banha, de 45 a 50, e assim por diante, vão sendo cortados progressivamente da mesa da família trabalhadora. Poucas são as crianças que tomam leite ou comem carne. As frutas e legumes nem sequer são conhecidos, pois os preços não permitem que entrem nos lares.

A mulher brasileira é profundamente sentimental. Ama sua família, ama seus filhos e é capaz de dar provas de abnegação e amor. Além disso é uma criatura alegre e gosta de coisas bonitas. Poucas são as casas de favela, de mocambos, cortiços ou casa de cômodos que, apesar da pobreza, não ostentam um vaso de flores, uma toalhinha bordada. A mulher trabalhadora quer casar, quer ter filhos e um lar. Já vimos que, contrariando todas as leis, os patrões despedem as operárias ao ficarem noivas ou casarem. Mas, como se isso não bastasse, estas também não têm direito a uma casa. Em todo o Brasil é terrível a carência de habitações. Só no Rio de Janeiro vivem em favelas cerca de 200 mil famílias. O aluguel de uma casa, mesmo na favela, consome de 40 a 50% do salário da trabalhadora.

A construção de casas populares, de vilas operárias e conjuntos residenciais não tem passado, na maioria dos casos, das planificações. É necessário que se construam menos obras suntuosas e que o dinheiro dos Institutos, descontado de nosso próprio suor, se transforme em casas decentes e em assistência efetiva.

Também o transporte, embora deficiente, encarece dia a dia. Agora mesmo no Distrito Federal acabam de ser aumentados os preços dos bondes e está em estudo o aumento de 100% dos ônibus e lotações. Em São Paulo já foram aumentados os preços do transporte. O mesmo ocorre em Porto Alegre e em Fortaleza.

Mas a trabalhadora brasileira não assiste como simples espectadora todos estes fatos. Dia a dia torna-se mais consciente de sua força e aos poucos, primeiro nos grandes centros e depois se irradiando por todo o país, vão se desenvolvendo suas lutas pela conquista de seus direitos.

A abolição do uso da "chapinha", um filtro para a seção, uma farmácia de emergência ou um restaurante para a empresa, tudo é fator para a unidade e ação das trabalhadoras. Sabemos que numa empresa trabalham mulheres católicas, espíritas, protestantes, mulheres que pertencem a partidos políticos ou que não querem falar em política, mas quando se trata de conseguir, por exemplo, um restaurante para a empresa, não podemos partir destas indagações. Temos que unir a todas e juntas buscarmos os meios de conquistar mais rapidamente essa reivindicação.

A nossa unidade deve se estabelecer não só dentro, mas também fora dos locais onde trabalhamos. Para conquistarmos a elevação dos atuais níveis de salário-mínimo e um reajustamento nos salários, precisamos unir não só as trabalhadoras de uma determinada empresa, mas sim todos os trabalhadores a todos aqueles que recebem um salário.

Tem sido esse espírito de unidade das trabalhadoras brasileiras que lhes tem assegurado uma série de vitórias em suas lutas.

Essas conquistas podem ser vistas desde o exemplo das mulheres dos trabalhadores da Rede Mineira de Viação, que se deitaram nos trilhos a fim de impedir a saída de trens, contribuindo para a vitória da greve pelo pagamento dos atrasados,

até nossos dias com a realização desta bela festa de unidade das trabalhadoras.

Nestas lutas dos trabalhadores, as mulheres têm dado sempre exemplos de grande combatividade. Durante os movimentos grevistas de 1952 a 1953 as mulheres se destacaram no trabalho de solidariedade, na constituição dos bandos precatórios e tomaram em certos momentos atitudes mais enérgicas do que os homens. Na greve de 1953, em São Paulo, as têxteis, metalúrgicas e gráficas nos deram um belo exemplo de organização. Saíram dessas lutas organizadas nos departamentos femininos de seus respectivos sindicatos.

Ativa foi a participação das mulheres na greve geral de 2 de setembro de 1955, em São Paulo. Na greve dos vidreiros, ao lado de seus companheiros de trabalho, elas souberam resistir corajosamente a todas as forças que visavam intimidar os trabalhadores.

Na Fábrica Esperança, no Distrito Federal, onde a maioria das trabalhadoras são mulheres, estas foram as animadoras da greve que durou 15 dias, em 1955, e que culminou com a conquista de melhores condições de trabalho.

Já vimos que nem só as trabalhadoras, mas que também as mulheres de trabalhadores têm tido uma importante participação nas lutas da classe operária. As mulheres dos mineiros de Morro Velho, durante a greve de 1955, caminharam vários quilômetros a pé ao lado dos grevistas até o Morro da Mina para pedir solidariedade aos mineiros daquele lugar. Para a vitória desta greve pelo pagamento da taxa de insalubridade, muito contribuiu a participação das mulheres.

Nos movimentos contra a carestia da vida, importante tem sido a participação das trabalhadoras. Em 1952, elas estavam entre os trabalhadores gaúchos protestando contra a alta da carne, formando em passeatas, montando guarda nos açougues, formando bandos precatórios.

Em 1953, vamos encontrar as trabalhadoras empunhando uma panela vazia e participando da grande concentração de trabalhadoras paulistas de 18 de março pelo aumento de salários e pela rebaixa dos preços do feijão e arroz.

Em 1955, são as trabalhadoras baianas que, levando cartazes com suas reivindicações, vêm engrossar a passeata de mais de

8.000 pessoas contra o aumento da carne e outros gêneros de primeira necessidade.

Seguindo o exemplo de suas irmãs das cidades, também as mulheres do campo começam a sentir a necessidade de unirem-se para juntas conquistarem aquelas aspirações que lhes são mais caras.

As assalariadas agrícolas de Pernambuco foram das mais destacadas participantes das lutas grevistas de 1954 pelo pagamento dos novos níveis de salário-mínimo.

Ao lado de seus maridos, filhos e irmãos, as camponesas de Porecatu, Xerém e Anápolis defenderam, por vezes até de armas na mão, suas terras contra os grileiros e as ações de despejo.

Na II Conferência Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil, realizada em São Paulo, em fins de 1954, importante foi a participação das camponesas que ali estiveram representadas, levando seus depoimentos gritantes, levantando seus problemas e exigindo soluções que se transformaram em resoluções da Conferência.

A mulher camponesa também esteve presente ao Congresso de Salvação do Nordeste, onde se reuniram representantes de todas as classes visando encontrar soluções para socorrer as populações imensas de camponeses sem terra, de seres humanos que vivem acossados pela seca e pela miséria. Divisão de terras, instrumentos de trabalho, leis de proteção, aliados à eletrificação em larga escala e auxílio direto do governo, eis as soluções apontadas.

É com esse patrimônio de lutas que comparecemos a esta Conferência. Não temos visto nossas lutas desligadas das lutas gerais do povo brasileiro. Grande foi a nossa participação nas recentes eleições. As mulheres votaram com entusiasmo sabendo que o seu voto era indispensável para o bem-estar da nação. Depois não ficaram indiferentes aos movimentos políticos que visavam garantir a posse dos candidatos eleitos, à luta pela legalidade e pelo conagração da família brasileira.

Isto acontece porque sabemos que para conquistar nossas reivindicações se faz necessário um clima de completa liberdade, onde sejam eliminadas todas as discriminações que visam dividir os trabalhadores (...)

Se buscarmos a razão fundamental das vitórias que já obtivemos, vamos encontrá-la na força de nossa unidade e organização. Em 1954, quando se procurou utilizar todas as formas para não se pagar o salário-mínimo nem se reajustar os salários, foi a unidade dos trabalhadores o fator da vitória. A nossa principal preocupação em nossa atividade deve ser, portanto, unir a todas. Trabalhar com todas, estar atenta à menor iniciativa que surja para conquistar as reivindicações das trabalhadoras, não descurando de nenhuma iniciativa, por mais modesta que seja, no sentido de unir as trabalhadoras e de dar-lhes consciência de seus direitos e de sua força.

Só o trabalho unitário com todas as trabalhadoras pode nos conduzir à vitória da luta pelo reajustamento de salários, aumento do salário-mínimo, pelo pagamento de um salário igual para trabalho igual, pela aplicação das leis que nos asseguram a proteção à maternidade, pela construção de creches nas fábricas, nos bairros, nas fazendas; pela concessão às trabalhadoras do campo e a domicílio dos direitos assegurados em lei no que se refere ao salário, à regulamentação do trabalho, assistência à mãe e à criança.

Queremos concluir nossas palavras ressaltando a importância da organização das trabalhadoras. Se queremos não só garantir os direitos que já conquistamos como ampliá-los, precisamos compreender que, por mais dificuldades que haja, por mais ocupações que se tenha, é necessário que participemos de nossos sindicatos, de nossas organizações profissionais. É necessário que estejamos unidas não só a todas as companheiras de trabalho, mas a todos os trabalhadores, a todas as mulheres. Só esta poderosa unidade poderá tornar vitoriosa a luta pela conquista de nossos direitos e aspirações.

.....

Excertos do informe sobre o segundo ponto da Ordem do Dia

Como já mostrou o relatório sobre o 1.º ponto da ordem do dia, é cada vez mais intensa e numerosa a participação das tra-

balhadoras nas lutas que travam as suas corporações por melhores condições de vida e contra a exploração de que são vítimas.

Essa participação fica bem clara ao examinarmos as memoráveis greves realizadas pelos trabalhadores nos mais diversos pontos do país, principalmente as greves dos têxteis e metalúrgicos em São Paulo e no Rio de Janeiro, dos têxteis em Pernambuco, dos gráficos e vidreiros em São Paulo. No setor têxtil, onde a porcentagem de mulheres é de 59%, a vitória dos movimentos tem dependido, em grande parte, da dedicação, da combatividade e da unidade das trabalhadoras.

Mesmo as mulheres que não têm direito à sindicalização, como no caso das funcionárias públicas, têm participado das campanhas reivindicatórias gerais, além de empreenderem campanhas por direitos específicos, como a da instalação de creches nas repartições. Por sua vez, as enfermeiras têm se destacado na luta por suas reivindicações específicas, entre as quais sobressai a campanha contra o desconto de utilidades (alimentação, moradia etc.), que consome dois terços do seu salário pelo pagamento das horas de serviço extraordinário etc.

A participação cada vez mais crescente das mulheres nas lutas, forjando na prática a unidade de ação, ombro a ombro com os homens, tem sido um fator decisivo para a conquista das reivindicações dos trabalhadores. A quebra da assiduidade integral para efeito do aumento de salários, a conquista de novos níveis de salário-mínimo — tanto a última campanha vitoriosa como a atual — e o êxito das conferências de defesa dos direitos sociais, realizadas em várias cidades e Estados, são provas inconfundíveis dessa realidade.

Essa participação é o fruto do intenso trabalho de sindicalização realizado entre as mulheres, de sua maior organização e maior atividade na vida diária das organizações sindicais.

Do norte ao sul do país, inúmeras são as trabalhadoras que integram a direção das organizações sindicais, tais como o Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Extração de Óleos Vegetais de Belém do Pará, o Sindicato dos Trabalhadores na Indústria do Fumo do Rio Grande, Rio Grande do Sul, o Sindicato dos Trabalhadores Têxteis e dos Jornalistas do Rio de Janeiro, o Sindicato dos Gráficos de São Paulo e muitos outros. Igualmente são inúmeras as mulheres que participam das comissões e con-

selhos de empresa, a exemplo do que ocorre no Distrito Federal nos setores metalúrgico, têxtil e de telefone.

Como resultado da crescente atividade das mulheres nos sindicatos e nas campanhas reivindicatórias e visando aumentá-las ainda mais, têm sido criados Departamentos Femininos em várias organizações de classe. No Sindicato dos Vidreiros de São Paulo, por exemplo, após a última greve realizada em fins do ano passado, as trabalhadoras que nela tinham tido destacada atuação sentiram a necessidade de criar o respectivo Departamento Feminino, onde pudessem mais amplamente debater os seus problemas. E como então iniciavam-se os trabalhos preparatórios da realização da Conferência Nacional das Trabalhadoras, fundiram-se os esforços devido à coincidência do objetivo visado: a maior organização das trabalhadoras, nascendo assim o Departamento Feminino do Sindicato dos Vidreiros de São Paulo.

No Sindicato dos Têxteis do Rio de Janeiro o processo foi praticamente o mesmo, destacando-se aqui as semanas de discussão que precederam a criação do Departamento Feminino, realizadas principalmente nas portas das empresas, na hora do almoço, para debater as reivindicações das trabalhadoras.

De outro lado, devemos ressaltar a importância do papel desempenhado pelas delegacias dos sindicatos, instaladas nas principais concentrações de trabalhadores, no que se refere a uma maior atividade feminina sindical. Os exemplos mais fríantes são-nos dados pelos Sindicatos dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro e Têxteis de São Paulo. Neste último, a delegacia situada no populoso bairro do Ipiranga atende aos problemas de mais ou menos 10.000 trabalhadoras do ramo e promove, simultaneamente, a sua sindicalização. As delegacias do Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro, distribuídas por vários pontos da cidade, foram as que garantiram, fundamentalmente, a realização de diversas reuniões preparatórias de nossa Conferência com as trabalhadoras desse ramo industrial.

Como vemos, por toda parte, fortalece-se a organização das mulheres trabalhadoras. São as funcionárias públicas, sempre ativas e diligentes dentro da União Nacional dos Servidores Públicos, sendo que o II Congresso dessa organização contou com a expressiva porcentagem de 25% de delegadas. São as camponesas, que se organizam em associações de trabalhadoras do

campo, tanto em São Paulo como em Minas Gerais e no Rio Grande do Sul, e tiveram uma destacada participação na II Conferência de Camponeses e Assalariados Agrícolas, realizada em São Paulo, em 1954.

(...) Vários têm sido os setores que têm cuidado de sua organização específica, a exemplo do Sindicato dos Operários Navais do Rio de Janeiro, cujo Departamento Feminino é constituído pelas esposas e filhas dos associados. O concurso das mulheres dos trabalhadores nas lutas torna-se cada dia mais indispensável, uma vez que são elas que mais diretamente enfrentam o alto custo da vida com os baixos salários dos maridos. A participação das esposas dos trabalhadores nas lutas é uma necessidade, portanto, para a defesa de mais pão na sua mesa e de um futuro risonho para seus filhos.

Da mesma forma não podemos esquecer a importante contribuição dada pelas mulheres trabalhadoras para o êxito das realizações e campanhas que interessam não só aos trabalhadores como a todo o povo. Sua participação no importante conclave que foi a Conferência Latino-Americana de Mulheres, nos Congressos de Defesa do Petróleo, nas lutas em defesa das liberdades e pela soberania nacional, é saudada por todos com os melhores aplausos. Em todos os Estados, e principalmente nos grandes centros, as mulheres trabalhadoras sempre tiveram uma destacada participação na luta contra a carestia de vida, juntamente com todo o povo, exigindo o congelamento dos preços dos gêneros de primeira necessidade.

Os exemplos de organização que vimos apontando mostram que as trabalhadoras já escolheram e bem o único caminho a seguir: organizarem-se nas lutas e para as lutas, na defesa dos seus direitos consubstanciados em leis, pela conquista de novos direitos e reivindicações.

Só a organização pode garantir as conquistas dos trabalhadores e das trabalhadoras, e os sindicatos ou associações profissionais são as organizações das mais amplas massas de trabalhadores, que ali se unem na luta pelas reivindicações comuns e imediatas, acima das convicções políticas, credos religiosos ou de quaisquer outras diferenças.

No passado, quando os trabalhadores não possuíam organizações, estavam divididos, privados de força para lutar pelas

mínimas conquistas. A organização sindical representa, portanto, uma força viva a serviço dos interesses dos trabalhadores. Por isso mesmo não devemos nos contentar com o número de trabalhadoras sindicalizadas em todo o país — na indústria, no comércio, nos transportes etc. —, que, segundo o Ministério do Trabalho, atingia em fins de 1954 a mais ou menos 205 mil, o que não corresponde às possibilidades existentes, ao grau de combatividade das mulheres e à sua consciência cada vez maior da necessidade da organização e da luta para manter e defender as suas conquistas.

Para que as organizações sindicais possam desempenhar o seu papel de defensores intransigentes das lutas, dos direitos e das conquistas dos trabalhadores do seu respectivo setor é necessário que os mesmos estejam dentro dela — homens e mulheres — atuando viva e permanentemente. Ser sindicalizado não significa apenas pagar a mensalidade ou possuir o título de sócio; significa uma participação ativa na vida dos sindicatos, nas assembléias, significa desenvolver cada vez mais os seus conhecimentos dos problemas de toda a corporação e, nesse processo, dos problemas dos trabalhadores em geral.

.....

A simples realização desta Conferência Nacional de Trabalhadoras, antecedida de conferências preparatórias nos Estados, nas cidades e nos locais de trabalho, em muito contribuiu para darmos um considerável impulso à unidade e à organização das mulheres trabalhadoras e conseqüentemente ao fortalecimento das organizações sindicais (...)

Muito, entretanto, temos ainda a fazer. É necessário e urgente que, após esta Conferência, desenvolvamos ainda mais todos os nossos esforços em prol da organização das mulheres trabalhadoras, para fortalecer a unidade de ação das mulheres trabalhadoras na luta por suas reivindicações. Esse é o caminho seguro para o êxito das lutas dos trabalhadores e trabalhadoras: o caminho da unidade, da unidade de ação, unidade nas lutas, unidade de organização (...)

De outro lado é preciso que trabalhem para que os sindicatos tomem medidas de organização que venham facilitar a participação das mulheres nas suas atividades, seja instalando delegacias sindicais nas grandes concentrações operárias, principalmente onde predominam as mulheres, seja criando Departamentos Femininos onde ainda não existem, ou fortalecendo os já existentes.

Esses Departamentos Femininos devem ter por objetivo definido o de estudar as reivindicações das trabalhadoras, levá-las à diretoria do sindicato e às assembléias gerais, a fim de que elas se tornem uma bandeira de luta para toda a corporação, promovendo, outrossim, a sindicalização.

Tais Departamentos, estruturados nas organizações sindicais, constituem para elas um fator de reforçamento. Serão os instrumentos capazes de atender à situação peculiar das trabalhadoras, que enfrentam dificuldades para se organizarem, pois sem depressa das fábricas, dos escritórios e repartições para atender aos afazeres domésticos. O trabalho, o desconforto, os salários insuficientes, são obstáculos que ainda afastam regular número de mulheres das assembléias e outras atividades associativas.

Os Departamentos Femininos facilitarão a participação das trabalhadoras na vida e na atividade das organizações sindicais através da realização de reuniões em horários mais acessíveis, que levem em conta as necessidades domésticas.

O fato de as mulheres poderem discutir entre si os problemas que lhes dizem respeito principalmente, dará às organizações sindicais a responsabilidade de interessarem-se permanentemente pelos mesmos, inclusive incluindo-os na ordem do dia de suas reuniões, despertando assim um maior interesse das trabalhadoras para a continuidade das lutas por suas reivindicações, mesmo as mais simples, independentemente das campanhas gerais.

Finalmente, devemos dedicar uma grande atenção à organização das esposas dos trabalhadores, visando assim a um maior reforçamento das lutas, bem como levar à prática as resoluções do III Congresso Sindical Mundial, realizado em Viena, e do Congresso Mundial de Mulheres, levado a efeito em Copenhague,

que recomendaram às organizações sindicais e femininas para travar ações comuns visando garantir os direitos das trabalhadoras.

Relatório da Comissão de Credenciais

Participaram da Conferência Nacional de Trabalhadoras 261 delegadas de 12 Estados, distribuídas pelas seguintes profissões:

Operárias	145
Funcionárias	13
Camponesas	12
Trabalhadoras a domicílio	12
Intelectuais	8
Comerciárias	3
Professoras	3
Empregadas domésticas	2
Bancária	1
Outras profissões	62

As maiores delegações foram a do Distrito Federal, com 125 delegadas, e a de São Paulo, com 74. Seguiam-se as do:

Rio de Janeiro	35
Minas Gerais	8
Rio Grande do Sul	5
Bahia	3
Alagoas	3
Pernambuco	2
Espírito Santo	2
Paraná	2
Paraíba	1
Ceará	1

As delegadas representavam 71 organizações. Compareceram 65 delegadas têxteis, representando sindicatos ou empresas, 20 operárias metalúrgicas e 19 delegadas de Sindicatos de Alfaiates e Costureiras.

Resolução geral

A Conferência Nacional de Trabalhadoras, reunida de 18 a 20 de maio de 1956, no Rio de Janeiro, constituiu um importante acontecimento na vida do movimento sindical brasileiro. Este encontro marcou para as trabalhadoras brasileiras o início de uma nova fase no caminho da unidade e organização, na luta pela aplicação dos direitos já conquistados e pela conquista de novas reivindicações que venham aliviar as atuais condições de vida e trabalho, dando-lhes uma situação mais humana ao lado de todos os trabalhadores.

A Conferência Nacional de Trabalhadoras, após amplos debates, concluiu que, para atingir os objetivos que se propõe, torna-se necessária a existência de um poderoso movimento sindical, onde os homens e mulheres estejam unidos na luta pela conquista de uma vida mais justa e mais feliz.

A Conferência Nacional de Trabalhadoras conclama a todas as trabalhadoras da cidade e do campo a unirem seus esforços e lutarem juntas pela conquista de suas mais ardentes e imediatas aspirações expressas nas seguintes reivindicações:

- Efetiva aplicação do princípio “a trabalho igual, salário igual”, já assegurado pela Constituição Federal.
- Aumento dos níveis de salário-mínimo, garantia de seu pagamento e reajustamento geral dos salários.
- Contra a assiduidade (lei n.º 605) e contra a intensificação do ritmo de trabalho e outras formas de superexploração adotadas nas empresas a pretexto de aumento da produtividade.
- Pagamento das taxas de insalubridade.
- Unidade e liberdade sindical.

- Extinção do fundo social e sindical e revogação do decreto 9.070.
- Pagamento da dívida do Governo aos Institutos e Caixas. Entrega da direção dos mesmos aos trabalhadores.
- Respeito às leis de proteção à maternidade; apoiar o projeto Aurélio Viana, que visa garantir a estabilidade à mulher gestante. Pagamento do auxílio maternidade à base de um mês de salário-mínimo vigente.
- Aposentadoria integral aos 25 anos de serviço ou 45 de idade.
- Instalação de creches e casas maternais nos locais de trabalho e nas grandes concentrações de residência de famílias trabalhadoras.
- Extensão dos direitos trabalhistas às trabalhadoras do campo.
- Desenvolver uma grande campanha contra a carestia da vida.
- Organização de associações profissionais para as trabalhadoras a domicílio e as empregadas domésticas. Organização de departamentos femininos em todas as organizações profissionais. Lançamento, através das organizações sindicais, de uma ampla campanha de sindicalização de mulheres. Participação, cada vez maior, das mulheres na direção das organizações sindicais.

As delegadas à Conferência Nacional de Trabalhadoras, sentindo sua responsabilidade de elementos ativos que contribuem para a construção de nossa Pátria, reafirmam sua vontade de que seja integralmente respeitada a Constituição da República e eliminadas todas as discriminações que visam a dividir os trabalhadores e o povo, assegurando à grande família brasileira um clima de tranqüilidade sem ódios ou ressentimentos.

As trabalhadoras presentes a esta Conferência reafirmam também sua vontade de que o Governo brasileiro realize uma política de paz e amizade com todos os povos, que permita assegurar maiores verbas para a assistência social, para a melhoria dos transportes e de habitação dos trabalhadores.

A Conferência Nacional de Trabalhadoras, ao tomar estas Resoluções, está certa de que expressa as mais justas reivindicações das trabalhadoras e que unidas e organizadas em suas associações conquistarão uma vida mais feliz e mais justa para si e seus filhos.

Mensagem às trabalhadoras

Uniram-se em bela e entusiástica Conferência Nacional de Trabalhadoras irmãs de todo o Brasil, representando milhões de mulheres, que contribuem cotidianamente para a riqueza econômica da pátria tão querida; trabalhadoras que sobraçam os feixes de cana, levantam as cestas de cereais nas árduas apanhas de café, uniram suas vozes às das operárias, que muitas vezes se ocultam atrás dos teares para trocar as pobres vestes no término de sua tarefa diária, àquelas que, manejando os tornos, concorrem para o progresso da metalurgia nacional; às empregadas domésticas, bancárias e funcionárias públicas. Todas, em harmonia de pensamento e ação, estiveram juntas no magnífico encontro, buscando os meios indispensáveis para a conquista de suas aspirações.

E por que se uniram em Conferência as trabalhadoras do Brasil? Porque se eleva uma consciência nova de luta nas mulheres, que sofrem duras discriminações, que padecem pelo desrespeito aos direitos consagrados em leis.

Uniram-se e abraçaram-se com o elevado sentimento de estender uma ação construtiva por um risonho e feliz futuro, chamando para essa luta todas as trabalhadoras do Brasil que desejam a efetivação de seus direitos e reclamam uma participação condigna na vida econômica e social do país.

É em nome dessa aspiração que a Conferência se dirige a todas as que vivem do seu próprio salário, de seu trabalho, conclamando-as à unidade, à organização pelas menores reivindicações que lhes são peculiares e as que dizem respeito aos trabalhadores e ao povo em geral. Unidade e organização nos sindi-

catos, nas associações, nos departamentos femininos, nas comissões e nos conselhos sindicais; unidade pela aplicação efetiva e ampliação das leis que beneficiam as trabalhadoras da cidade e sua extensão às trabalhadoras do campo e a domicílio. Isso representará uma feliz realidade para as trabalhadoras de nossa pátria.

A este apelo juntamos nosso apoio caloroso e unânime à Conferência Mundial de Trabalhadoras, a cuja iniciativa devemos este encontro fraternal, que esperamos se repita futuramente em defesa dos direitos das trabalhadoras e de suas crianças, porque foi este um dos objetivos da vitoriosa Conferência Nacional de Trabalhadoras.

Moção ao Parlamento Nacional

Trabalhadoras de todo o Brasil, desejosas de encontrar soluções para melhorar suas condições de vida, reuniram-se fraternalmente na I Conferência Nacional de Trabalhadoras, nesta capital, de 18 a 20 de maio.

Entre os depoimentos apresentados, fez-se sentir a apreensão das trabalhadoras em face ao decreto 9.070, de 15 de março de 1946, que proíbe o direito de greve e fere de frente a nossa Constituição.

Em nome desse decreto, trabalhadores são dispensados e sofrem toda espécie de arbitrariedades! Não fazemos greve por prazer! É o meio que dispomos para valer os nossos direitos.

No momento em que nosso digno Parlamento debate o projeto de anistia a partir de 1945 queremos fazer sentir nossos aplausos a essa medida, que vem atender aos anseios de liberdade de todo o nosso povo, tão caros à mulher brasileira.

Esta Conferência apela à maioria Parlamentar no sentido de que sejam atendidas nossas considerações, assegurados os nossos direitos, para que possamos trabalhar num clima de liberdade, para que possamos viver em paz e educar nossos filhos, ensinando-os a amar a vida e a grande nação em que vivemos.

Moção de apoio ao Congresso Nacional de defesa dos minérios

Nesta assembléia de trabalhadoras, quando debatemos os assuntos que interessam ao bem-estar da família brasileira, não podemos deixar de atender ao apelo que, partindo de dezenas de personalidades de Minas Gerais, se estendeu e atingiu os patriotas de todo o país. Trata-se da convocação do Congresso Nacional de Defesa dos Minérios, para os dias 9, 10 e 11 de junho, nesta capital, para estudo dos problemas dos minérios, sua industrialização, transporte e exploração, do ponto de vista da defesa dos interesses nacionais.

Se desejamos contribuir para melhorar as condições de vida do povo, se desejamos dias mais felizes para nossos filhos, se compreendemos que é necessário pôr um paradeiro à carestia de vida que sufoca o povo, temos de auxiliar a luta pela emancipação econômica do Brasil. E mais: não podemos esquecer que muitas de nossas irmãs labutam nas minas, em precárias condições, sem recursos para atender à insalubridade do trabalho, sem assistência para seus filhos. Basta lembrar que, em Crisciúma, ao lado das minas de carvão que deveriam trazer ao povo conforto e prosperidade, a igreja deixou de dobrar finados, para não impressionar a população, tal o vulto da mortalidade infantil.

Por tudo isso, a Conferência Nacional de Trabalhadoras julga que as trabalhadoras de nossa pátria devem empenhar-se vivamente para o maior êxito desse conclave cívico e dele participar com o entusiasmo que as caracteriza, pela melhoria das condições de vida de nosso povo, pelo progresso do Brasil.

Mensagem à Conferência Mundial de Trabalhadoras

A primeira Conferência Nacional de Trabalhadoras, realizada de 18 a 20 de maio do corrente ano, na cidade do Rio de Janeiro, numa vibrante demonstração de unidade e de harmonia pela efetivação dos profundos anseios das mulheres dos vastos setores profissionais de nossa pátria, envia sua calorosa mensagem de carinho e de confiança à primeira Conferência Mundial de Trabalhadoras.

Impulsionadas pelo ardente desejo de encontrar as soluções que atendam às necessidades de sua vida e de seu trabalho, as trabalhadoras do Brasil aqui reunidas comprometem-se a lutar para estender esta união, que nasce de um magnífico e fraternal encontro, a todas as mulheres que labutam nos diversos ramos de atividade em nosso país.

A situação da mulher trabalhadora no Brasil, sob o jugo de desigualdades de direitos e de injustiças que pesam em sua vida profissional e familiar, inspira-nos a realizar um grandioso movimento de organização de todas as trabalhadoras, da cidade e do campo, em suas entidades de classe ou em organizações a que pertençam, para que possamos com maior vigor defender os nossos legítimos direitos e conquistar as nossas mais caras reivindicações.

Unindo-nos aos mesmos sentimentos de progresso, de unidade e de organização, de paz e de tranqüilidade das trabalhadoras de todo o mundo, desejamos construir pátrias ricas e belas, livres e prósperas, onde o respeito à dignidade da mulher contribua para a grandeza da civilização.

Salve a Conferência Mundial de Trabalhadoras!

Delegação brasileira à Conferência Mundial de Trabalhadoras

- Enny Correa de Toledo (Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas e Mecânicas de São Paulo).
- Amélia Ferreira (Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Fiação e Tecelagem de São Paulo).
- Josefa Paulino da Silva (União dos Lavradores Fluminenses).
- Maria Luiza Loss (Secretária da Associação dos Ferroviários de Porto Alegre).
- Cecília Leal do Nascimento Pitombeira (Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários do Rio de Janeiro).
- Miriam Finneberg, química industrial (Escola do Povo do Rio de Janeiro).
- Izula Villanova Gerhardt, professora (Federação de Mulheres do Brasil).

- Yolanda Pincigher Silva, secretária da Comissão Diretora da Conferência Nacional de Trabalhadoras.
- Lia Ferreira de Carvalho (Sindicato dos Alfaiates e Costureiras do Rio de Janeiro).
- Alvina Correa do Rego, diretora do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Fiação e Tecelagem do Rio de Janeiro.
- Zenaide Moraes, jornalista.

Comissão Diretora da Conferência Nacional de Trabalhadoras

Presidentes de Honra:

- Deputada federal Ivete Vargas.
- Deputada federal Nita Costa.
- Branca Fialho (Presidente da Federação de Mulheres do Brasil).

Presidente:

- Carmen Perez Salgado (Sindicato dos Jornalistas do Rio de Janeiro).

Vice-Presidentes:

- Maria Adélia Colares (funcionária municipal).
- Eulina Oliveira, diretora do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Fiação e Tecelagem de São Paulo.
- Josefa Paulino Silva (União dos Lavradores Fluminenses).
- Ana Coaraci dos Santos Torquato, presidente da Associação das Professoras Primárias de Minas Gerais.

Secretárias:

- Yolanda Pincigher Silva (Comitê Administrativo da União Internacional dos Sindicatos de Trabalhadores Têxteis e do Vestuário).

- Ana Brito da Rocha Acker (advogada).
- Almerinda da Silva Figueira (Sindicato dos Alfaiates e Costureiras do Rio de Janeiro).

Tesoureiras:

- Creuza de Souza Moura (Conselho de Representantes da Federação dos Trabalhadores na Indústrias de Fiação e Tecelagem do Estado do Rio de Janeiro).
- Francisca Moura (Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários do Rio de Janeiro).

OUTROS LANÇAMENTOS

Dicionário de palavras
e termos afins

— *Mário Souto Maior*

O povo, o sexo e a miséria
ou o homem é sacana

— *Liêdo Maranhão*

Até quarta, Isabela

— *Francisco Julião*

O caso eu conto como o caso foi
(2 volumes)

— *Paulo Cavalcante*